



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ARIELLE DOS SANTOS SILVA

**HEGEMONIA DO PSDB NA ADMINISTRAÇÃO DE TERESINA-PI
(1986 – 2016)**

Teresina-PI

2020

ARIELLE DOS SANTOS SILVA

**HEGEMONIA DO PSDB NA ADMINISTRAÇÃO DE TERESINA-PI
(1986 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Dr. João Batista Vale Júnior.

Teresina- PI

2020

ARIELLE DOS SANTOS SILVA

**HEGEMONIA DO PSDB NA ADMINISTRAÇÃO DE TERESINA-PI
(1986 – 2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em História da Universidade Estadual
do Piauí – UESPI, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Licenciado em História.

Trabalho de Conclusão de Curso

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Batista Vale Júnior

Orientador

UESPI

Primeiro Membro

Segundo Membro

Dedico este trabalho a todos os excelentes docentes que me ampararam durante minha trajetória de ensino-aprendizagem.

A todas as mães, em especial a minha, que nunca descreditou de mim e desde sempre gladiou para que eu estudasse nas melhores escolas públicas de Brasília-DF, sempre me orientando para que eu pudesse fazer as melhores escolhas para a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. João Batista Vale Júnior pela orientação, apoio e todas as oportunidades cedidas durante a graduação. Onde iniciou com o convite para executar o projeto de PIBIC e posteriormente ser membro do NEEPP (Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política), local este que quase se tornou a minha morada.

A minha família, e em especial a minha mãe, Eva Nonata, que me amparou durante todos esses anos e a minha tia, Maria da Guia, onde fez o papel de mãe quando a minha esteve longe.

A minha “panelinha” e companheiros de graduação que nunca me permitiram desabar e foi minha família por quatro anos: Francisco Cunha, Gabriel Rocha, Germanna Saraiva, João Victor Visgueira, Mateus Carvalho e Milena Leite. As minhas irmãs e companheiras de apartamento Gabriella Matos e Cássia Kéttlen Soares, com vocês aprendi a ser mais humana. A Bárbara Costa, onde mesmo longe, foi testemunha de minhas batalhas diárias, e nunca permitiu que eu me sentisse fraca diante os obstáculos.

Aos amigos que a Universidade Estadual do Piauí me permitiu conhecer enquanto bolsista na Coordenação de Matemática: Antônio Júnior (técnico administrativo desta IES) e o Prof. Me. José Arimatéa Rodrigues Melo Júnior (Coordenador do Curso de Matemática), este último além de meu confidente, me auxiliou em momentos desse trabalho em que demandava cálculos.

Aos funcionários da SEMDUH (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação), onde foram ágeis com a solicitação feita por mim para ter acesso a documentos da prefeitura. Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Teresina onde prestaram assistência em todos os momentos em que foi solicitado algo. Principalmente do Programa Vila-Bairro Teresina, a colaboração em digitalizar documentos que não poderia sair do recinto foi de grande ajuda. E também a repartição do Orçamento Popular, em que todos foram prestativos e cuidadosos enquanto estava colhendo fontes e lendo todos os documentos, principalmente a Karina Portela (coordenadora do Orçamento Popular) que foi esclarecedora diante dúvidas que surgiam eventualmente sobre o OP. E por último, a paciência dos funcionários do Arquivo Público, que com toda a certeza, memorizaram o meu rosto.

“Be the change you want to see in the world.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o modo de gestão do Partido da Social Democracia (PSDB) na cidade de Teresina-PI, onde se caracteriza como o único partido eleito por voto direto desde 1992. Entretanto, são contemplados os anos de 1986 a 2016 nesta pesquisa como recorte temporal, em virtude de outros fatores no cenário político e indivíduos diretamente envolvidos, onde notou-se a necessidade de fazer tal recuo devido ao histórico político de Raimundo Wall Ferraz, onde o mesmo não tem como partido de origem o PSDB. Buscando compreender a hegemonia do partido na cidade, é realizada uma discussão weberiana sobre a os tipos de dominação existentes, assim como é utilizado políticas públicas para assimilar a conduta da administração do PSDB com a supremacia do mesmo. Além disso, questões de cunho relacionados à democracia e poliarquia (DAHL, 2012) são debatidas. Partindo do cenário político eleitoral, busco compreender a notoriedade do partido diante os votos recebidos e como suas ações, possivelmente, influenciaram o processo de sufrágio na capital. Para realizar todos esses debates são utilizadas matérias do Jornal *O Dia*, oriundo do Arquivo Público do Piauí; Atas de Reuniões do Orçamento Popular, Projeto do Programa Vila-Bairro Teresina e Estudo de Caso do Programa Vila-Bairro Teresina, todos provenientes da Prefeitura Municipal de Teresina. Para mais, são utilizados também dados dos repositórios do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TRE-PI (Tribunal Regional Eleitoral do Piauí).

Palavras-chave: Hegemonia. PSDB. Política Pública. Gestão. Teresina-PI.

ABSTRACT

This work aims to analyze the management type of the Social Democracy Party (PSDB) in the city of Teresina-PI, where it is characterized as the only political party elected by direct vote since 1992. However, the years 1986 to 2016 are considered in this research as a time frame, due to other factors in the political scenario and individuals directly involved, where the need to make such a retreat was noted due to the political history of Raimundo Wall Ferraz, where the even the PSDB does not have its original party. Seeking to understand the party's hegemony in the city, a Weberian discussion is held about the types of domination that exist, as well as public policies are used to assimilate the conduct of the PSDB administration with its supremacy. In addition, issues related to democracy and polyarchy (DAHL, 2012) are debated. Starting from the political electoral scenario, I seek to understand the party's notoriety in the face of the votes received and how its actions possibly influenced the suffrage process in the capital. To carry out all these debates, articles from the Newspaper *O Dia*, from the Public Archives of Piauí are used; OP's Minutes of Meetings, Project of the Vila-Bairro Teresina Program and Case Study of the Vila-Bairro Teresina Program, all from the City Hall of Teresina. In addition, data from the TSE (Superior Electoral Court) and TRE-PI (Piauí Regional Electoral Court) repositories are also used.

Keywords: Hegemony. PSDB. Public Policy. Management. Teresina-PI.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gráfico do IPOP.....	27
Figura 2 - Resultado das eleições de 1992 para Prefeito.....	29
Figura 3 - Firmino Filho	30
Figura 4 - Vila Ciac (Zona Sul).....	39
Figura 5 - Vila Carlos Feitosa (Zona Norte).....	39
Figura 6 - Parque Wall Ferraz (Zona Norte)	40
Figura 7 - Vila Pantanal II (Zona Norte)	40
Figura 8 - Vila Pantanal II	40
Figura 9 - Moradia de taipa Vila Pantanal II (Zona Norte)	40
Figura 10 - Vila Carlos Feitosa (Zona Norte).....	41
Figura 11 - Vila Santa Rita (Zona Sul).....	41
Figura 12 - Parque Wall Ferraz (Zona Norte)	41
Figura 13 - Parque Wall Ferraz (Zona Norte)	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vice-prefeito de Teresina	18
Tabela 2 - Vereador de Teresina.....	18
Tabela 3 - Deputado Federal do Piauí	19
Tabela 4 - Prefeito de Teresina.....	19
Tabela 5 - Disponibilização de recursos do Orçamento Popular.....	49
Tabela 6 - Resultado das eleições para cargo da Prefeitura de Teresina-PI.....	59
Tabela 7 - Porcentagem de votos superiores dos candidatos do PSDB em relação ao segundo concorrente mais votado.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMOP	Conselho Municipal do Orçamento Popular
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
OP	Orçamento Popular
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	15
1.1 Wall Ferraz: o anunciador da era <i>tucana</i> em Teresina.....	17
1.1.1 Particularidade da dominação legítima de Wall Ferraz	17
1.1.2 Coalizões partidárias contraproducentes, eleições e o legado de Wall Ferraz	22
2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE GESTÃO MUNICIPAL.....	32
2.1 Programa Vila-Bairro Teresina.....	34
2.2 Orçamento Popular	44
2.2.1 Autonomia de Associação	52
3 REFLEXOS NO PROCESSO ELEITORAL DA GESTÃO “APRAZÍVEL” DO PSDB.....	53
3.1 Eleições.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS E FONTES.....	64
Fontes Hemerográficas.....	65
Fontes Eletrônicas	66

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as técnicas e artifícios agenciados pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) para construir e manter sua hegemonia na prefeitura da cidade de Teresina, no estado do Piauí, uma vez que o referido partido está no poder administrativo da capital há mais de duas décadas (1986 – 2016), além disso, retomar debates importantes a cerca da democracia, representação, competição política e participação política. A partir disso, manifestou-se o seguinte questionamento: quais as medidas adotadas pelo partido para sustentar sua hegemonia, no jogo político eleitoral municipal, por duas décadas e meia?

Através da coleta de dados dos jornais do Arquivo Público do Piauí, atas de reuniões do Orçamento Popular, projeto e relatório de caso do Programa Vila-Bairro Teresina, e repositórios do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TRE-PI (Tribunal Regional Eleitoral do Piauí), foi possível compreender o modo de gestão municipal e as possíveis razões a qual este partido fora eleito consecutivamente, sustentando assim, sua hegemonia.

Para assimilar o contexto de hegemonia tratado na pesquisa, é discutido no primeiro capítulo, de forma concisa, o histórico político do ex-prefeito Raimundo Wall Ferraz, este que fora o primeiro prefeito do PSDB a iniciar a “dinastia” tucana e deixar seu legado aos que viriam. Diante disso, considerar-se-á as características governamentais, dentro do que Max Weber apresenta como ‘sociologia da dominação’.

No segundo capítulo é discutido o Programa Vila-Bairro Teresina e o Orçamento Popular. Para melhor análise do Programa Vila-Bairro Teresina é utilizado a documentação presente na Prefeitura de Teresina, “Vila Bairro – cada ação vale a transformação”, neste projeto formulado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral é exposto desde o contexto referencial ao cronograma financeiro. A partir da formulação do projeto original, é feita uma análise do Estudo de Caso do Vila-Bairro disponibilizado também pela Prefeitura de Teresina, analisando assim o projeto pós-execução e a impressão causada na população. No programa Orçamento Popular é analisado as atas de reunião do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marco Antônio Ayres Correa Lima, com as entidades civis organizadas, principalmente a Associação de Moradores e os Conselhos Comunitários deste

programa, traçando uma discussão com o conceito de “democracia representativa”¹. É significativo deixar explícito que algumas informações estão omissas pelo seguinte motivo: a inexistência do documento. Na Prefeitura Municipal de Teresina há poucos documentos sobre o Programa Vila-Bairro Teresina, e em processo de deterioração. Quanto à repartição do Orçamento Popular, foi informado que no antigo prédio onde permaneciam os documentos, ocorreu um incêndio que destruiu algumas atas.

Visando melhor compreender o contexto democrático municipal, é analisado no terceiro capítulo, com mais rigor, o modelo poliárquico (DAHL, 2015) de desempenho político do partido, e como tal desempenho configurou-se em paradigmas de "participação política" e de "competição política". Poliarquia é um termo elaborado por Robert Dahl que diz respeito ao modo como a democracia opera no mundo, Dahl aponta que não existe democracia plena, de modo que o máximo a ser atingido por um governo dito democrático seria a poliarquia. Através de projetos como o Vila-bairro Teresina, a prática do Orçamento Popular, ambas políticas públicas onde visam habitação e urbanização, são considerados assim um modelo tecnocraticamente eficiente de gestão municipal, de maneira a garantir a constituição de um capital político e social (BOURDIEU, 2010), no qual as classes desfavorecidas convertem-se em importante base de configuração da hegemonia política do partido, nas eleições municipais, sem que, no entanto sejam comprometidas as regras do jogo eleitoral (MARTINS, 2011).

¹ MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: UNESP, 2014.

1 REFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi fundado em 1988, pós Regime Militar. Diante disso, o partido molda sua ideologia, baseada na moral cristã, na social democracia (assim como está destacado no nome do partido) e, no liberalismo econômico. De acordo com Nayara Moreira Lacerda da Silva (2014, p. 2):

Pelo critério ideológico, os membros fundadores do partido afirmavam se tratar de uma organização social-democrata que se alinhava principalmente aos moldes da socialdemocracia europeia. Em seus primórdios enquanto organização partidária o PSDB conseguiu reunir uma bancada composta por intelectuais e também participantes de movimentos sociais (Marcos e Fleischer, 1999), se afastando da formatação das sociais-democracias europeias pela ausência de vínculos com questões sindicais.

Diante disso, é significativo destacar que o PSDB já se desenvolve com uma base sólida de parlamentares, onde a maioria é composta por dissidentes do Partido do Movimento Democrático (PMDB), de modo que o novedio partido já atuava previamente no cenário político (SILVA, 2014, p.2). Deste modo, é necessário destacar que o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB tem a oferecer a partir do que há registrado em seu Estatuto (2017, p. 1):

Art. 2º. O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classe sociais.

Infere-se que desde a sua formulação, o PSDB tem como característica o “exercício democrático participativo e representativo”, o que a princípio é belo na teoria e em Estatutos redigidos, se a democracia representativa não estivesse arraigada de obstáculos e contradições. A democracia representativa é “um governo do povo no qual o povo não está presente no processo de tomada de decisões” (MIGUEL, 2014, p. 13), que apresenta conflitos de interesses individuais e coletivos, não lida com as próprias preferências da sociedade o que leva uma possível manipulação da “vontade coletiva”.

Diante disso, a partir do espectro poliárquico², talvez possamos concordar que a democracia plena é inexistente.

Levando em consideração a entrada do PSDB no campo político teresinense, é necessário elencar os principais preceitos programáticos defendidos pelo partido. Assim como está exposto no Art. 3º do Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (2017, p. 1):

[...]

V - articulação com os movimentos sociais, respeitadas suas características e autonomia, assegurando-lhes representação nos quadros partidários e listas de candidatos e incentivando-se a auto-organização da sociedade, em especial nos setores ainda marginalizados;

VI - obrigação de cada órgão do Partido de promover reuniões, cursos, debates e divulgação das atividades, e do filiado de participar efetivamente dos mesmos;

[...]

VIII - livre debate de todas as questões, decisão por maioria e respeito ao deliberado;

IX - disciplina e fidelidade aos princípios programáticos e decisões partidárias, aplicáveis a todos os filiados, bem como aos que exerçam funções públicas eletivas ou não.

Assim como detalhado no Estatuto do partido os objetivos e obrigações do mesmo, as configurações de governança municipal de Teresina convergem aos objetivos pontuados pelo mesmo. Fernando Henrique Cardoso enquanto ocupava o cargo de Presidente da República (1995 – 2003), pertencente ao PSDB designou um modelo de administração diferente, a “administração gerencial” (RODRIGUES NETO, 2018), atribuindo ao serviço público caráter ágil e eficiente, sem desassociar-se do esteio burocrático.

A ascensão do PSDB ao poder político na prefeitura de Teresina ocorreu oficialmente em 1992 com Wall Ferraz, que em seu histórico partidário pertencia ao PMDB na gestão anterior, pode-se inferir que a concepção do PSDB esteve presente desde 1986, considerando a continuidade de sua gestão, mesmo com o intervalo de alguns anos quando fora Deputado Federal³. Entretanto, o conhecimento adquirido como gestor municipal antecede às eleições diretas, pertencendo ao partido ARENA, fora nomeado prefeito municipal em 1975.

² DAHL, Robert A.

³ Atente-se ao subtópico 1.1.1.

Desde o ingresso do PSDB à Prefeitura de Teresina pode-se notar o acompanhamento deste modelo de “administração gerencial” designado por FHC por parte dos administradores da capital. Após o óbito de Wall Ferraz em 1995, a continuidade à condução da prefeitura foi resignado ao vice-prefeito Francisco Gerardo (PSDB).

Wall Ferraz ainda na condição de candidato ao cargo em 1992, sempre deixou exposto em suas propostas à devida importância ao serviço público burocrático, intencionado a deixá-lo com o caráter funcional. Tal requisito é legado aos prefeitos que viriam assumir esse cargo posteriormente, o que será discutido com mais precisão nas páginas que seguem.

1.1 Wall Ferraz: o anunciador da era *tucana* em Teresina⁴

Raimundo Wall Ferraz antes de ser um político de renome, foi historiador e advogado, ocupou cargos públicos como professor da Universidade Federal do Piauí, do Instituto de Educação Antonino Freire e integrante do Conselho Estadual de Educação. Sua carreira política em Teresina-PI teve início em 1955 como Vereador (UDN), a partir de então seu crescimento dentro do âmbito político cresceu gradativamente. Posteriormente fora Vice-Prefeito entre 1962 a 1967, em seguida fora Secretário de Educação do governador Alberto Silva (1971-1975), no governo de Dirceu Arcoverde fora nomeado Prefeito de Teresina⁵ governando entre 1975 a 1979 (ARENA).

Em 1982 fora eleito Deputado Federal (PMDB) pelo estado do Piauí, exercendo o cargo até 1985. Em 1985 fora eleito pela primeira vez Prefeito de Teresina (PMDB), governando de 1986 a 1989. Devido conflitos com o PMDB, Wall Ferraz direciona-se ao PSDB e foi eleito pela segunda vez, em 1991 no primeiro turno, vencendo o ex-governador, Alberto Silva, que havia concorrido pelo PMDB.

1.1.1 Particularidade da dominação legítima de Wall Ferraz

O político Wall Ferraz assim como vários outros governantes, reis, administradores, imperadores e tiranos, têm como peculiaridade a dominação legítima. Dominação essa que, por vezes, tal termo é carregado de sentidos negativos ao tratar de política, obviamente não se exclui tal afirmativa, entretanto considerar-se-á todo o contexto existente para além deste. Não obstante, será discorrido também o acolhimento do povo teresinense à dominação legítima de Wall Ferraz.

⁴ Ver as Tabelas 1, 2, 3 e 4.

⁵ Ver a Tabela 4 – Prefeito de Teresina.

O sociólogo alemão Max Weber define “dominação” como a probabilidade de encontrar cumprimento de ordens específicas dentro de certo grupo de pessoas (2015, p. 139). Porém, Weber salienta que:

[...] a dominação (“autoridade”) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de *vontade* de obedecer, isto é, de *interesse* (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação.

Ou seja, para que ocorra a dominação legítima deve existir uma interação do dominador e do dominado, esta interação será baseada na relação de interesse. O que Wall Ferraz tinha a oferecer a população teresinense ao ponto de ser despertado no povo o “*interesse* na obediência⁶”? Ora, para refletir sobre essa indagação deve ser levada em consideração sua carreira política como vereador, vice-prefeito e prefeito da cidade de Teresina, anteriormente percorridos brevemente. Os quadros abaixo ilustram de forma cronológica e simplificada a vida política de Wall Ferraz.

Tabela 1 – Vice-prefeito de Teresina.

VICE-PREFEITO DE TERESINA	
MANDATO	PARTIDO
1963 – 1967(Eleito)	Não informado

Fonte: TRE-PI

Tabela 2 – Vereador de Teresina.

VEREADOR DE TERESINA	
MANDATO	PARTIDO
1955 – 1963 (Eleito)	Não informado

Fonte: TRE-PI.

⁶ WEBER, 2015, p. 139.

Tabela 3 – Deputado Federal do Piauí.

DEPUTADO FEDERAL DO PIAUÍ	
MANDATO	PARTIDO
1983 – 1985 (Eleito)	PMDB

Fonte: TRE-PI.

Tabela 4 – Prefeito de Teresina.

PREFEITO DE TERESINA		
PERÍODO	MANDATOS	PARTIDO
1º	1975 – 1979 (Nomeado)	ARENA
2º	1986 – 1988 (Eleito)	PMDB
3º	1993 – 1995 (Eleito)	PSDB

Fonte: TRE-PI.

Assim como demonstrado nos quadros acima, pode-se inferir que Wall Ferraz apresenta uma experiência política muito bem consolidada, com crescimento gradual dentro deste meio ele consegue ter um relacionamento frutífero com a população e ao mesmo tempo adequar-se às questões políticas e partidárias. Potencializando ainda a relação de Wall Ferraz com o povo, e o caráter de dominador aqui abordado, é necessário analisar de que maneira efetiva-se o tipo de dominação do ex-prefeito. Max Weber tem em vista três tipos puros de dominação legítima, assim sendo (2015, p.141):

1. de caráter *racional*: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtudes dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou
2. de caráter *tradicional*: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional), ou, por fim,
3. de caráter *carismático*: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática).

Apoiado nestes fundamentos expostos pressupõe que Wall Ferraz apresenta dois dos três tipos de dominação. De que modo isso pode ser praticável? Neste ponto levemos em consideração apenas sua carreira política como Prefeito de Teresina, assim como demonstra a Tabela 4, Wall Ferraz foi nomeado para a Prefeitura da capital no seu primeiro mandato (1975 a 1979). Esta nomeação a um cargo político é de caráter *racional* (WEBER, 2015, p. 141), uma vez que o contexto histórico e político brasileiro eram de regime autoritário, onde eram escolhidos os governadores e prefeitos pelos cargos do Executivo. Assim sendo, a partir desta nomeação, Wall Ferraz tem o direito de exercer sob o povo uma dominação legal justificada e regulamentada pelo Executivo.

No entanto, mesmo que tenha estabelecido uma relação de dominação legal e imposta, isso não deve ser visto necessariamente como algo negativo, considerando que ‘dominação’ é sinônimo de poder, autoridade, repressão, subjugação, etc. pelo senso comum. Observe bem, se a dominação legal, assim definida por Weber, fosse nociva ao povo, no caso os dominados, Wall Ferraz não teria sido eleito para administrar a Prefeitura de Teresina entre 1986 a 1989⁷, e tão pouco teria sido eleito Deputado Federal do Piauí⁸ em 1982 com 53.226 votos, sendo maioria dos votos oriundos da capital.

Logo, assinala-se que Wall Ferraz obteve êxito em seu primeiro mandato como prefeito, se aproximou do povo e levou melhorias à população. De certo modo, o povo criou um vínculo afetivo muito forte com a figura política de Wall Ferraz, este vínculo criado é específico da ‘dominação *carismática*’, exposta anteriormente. Tal dominação *carismática* fora uma das razões para a eleição de Wall Ferraz, não é o fator preeminente, entretanto, deve ser levado em consideração. Vejamos o conceito de *carisma*⁹ definido por Weber (2015, p. 158/9):

Denominamos “*carisma*” uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “*líder*”. O modo

⁷ Ver Tabela 4 – Prefeito de Teresina.

⁸ Ver Tabela 3 – Deputado Federal do Piauí.

⁹ “O conceito de “carisma” (“graça”) foi tomado da terminologia do cristianismo primitivo. Para a hierocracia cristã, quem primeiro elucidou o conceito, porém sem explicar a terminologia, foi Rudolph Sohm em *Kirchenrecht*, seguido por outros (por exemplo, Karl Hou), em *Enthusiasmus und Bussgewalt* [1898] que escreveram sobre certas consequências importantes dele. O conceito, portanto, não é novo”. (WEBER, 2015, p. 141).

objetivamente “correto” como essa qualidade *teria* de ser avaliada, a partir de algum ponto de vista ético, estético ou outro qualquer, não tem importância alguma para nosso conceito: o que importa é como de fato ela é avaliada pelos carismaticamente dominados – os “*adeptos*”.

Repare que o importante é modo como o *adepto* enxerga o seu *líder*, como é avaliada. Wall Ferraz está longe de ser um herói de guerra ou uma pessoa com qualidades sobrenaturais, entretanto as suas escolhas administrativas para a população teresinense, o fez tornar-se “o enviado de Deus” que Max Weber pontua em sua obra. Ao concorrer ao cargo de Prefeito em 1992, é destacada em pesquisas de opinião a confiança da população com Wall Ferraz, atente-se ao trecho a seguir¹⁰ (JORNAL O DIA, 1992):

Além da melhor colocação nas pesquisas de intenção de voto para prefeito de Teresina, o candidato do PSDB, Wall Ferraz, é, também, o que apresenta o menor índice de rejeição, segundo o IPOP (Instituto Piauiense de Opinião Pública). Em sua última pesquisa eleitoral, o IPOP apurou, também, os índices de rejeição dos candidatos. Apenas 3 por cento dos entrevistados declararam que não votariam no candidato do PSDB em hipótese alguma.

O político, o líder religioso, ou qualquer personagem que tenha essa especificidade carismática deve ser muito cauteloso, pois caso o *líder* aja de forma incomum ao que o *adepto* espera, as possibilidades de decepcionar aqueles que confiaram veementes em suas palavras e ações são imensas, não foi o caso de Wall Ferraz¹¹, mas Weber atenta ao fato do dominador por certo tempo não provar ser merecedor do sentimento carismático do povo, acabando por apagar a sua imagem carismática (WEBER, 2015, p. 159):

Se por muito tempo não há provas do carisma, se o agraciado carismático parece abandonado por seu deus ou sua força mágica ou heroica, se lhe falha o sucesso de modo permanente e, sobretudo, se sua liderança não traz nenhum bem-estar aos dominados, então há possibilidade de desvanecer sua autoridade carismática.

Como evidenciado no parágrafo anterior, Wall Ferraz não chegou a decepcionar seus *adeptos*, e sempre mostrou a serviço da população, de modo que isso se tornaria prova de seu carisma. Contudo, não só de carisma se faz um partido hegemônico em uma cidade, em momentos conturbados na economia e em outros setores, será mais

¹⁰ IPOP mostra Wall com menor rejeição. Teresina: *O Dia*, 22 ago. 1992, p. 1.

¹¹ Ver Tabela 4 – Prefeito de Teresina.

necessário uma dominação burocrática ao contrário da carismática, ponto que será retomado no capítulo subsequente.

1.1.2 Coalizões partidárias contraproducentes, eleições e o legado de Wall Ferraz

A coalizão partidária é algo importante durante todo o processo político eleitoral, mesmo quando não é seu partido na disputa do cargo, apoios são significativos em momentos como esse, onde geralmente é uma vitória ganha para ambos. Entretanto, isso possa vir a ser prejudicial em algum momento devido às circunstâncias.

Bem como fora explanado no item anterior sobre as características políticas de Wall Ferraz e sobre a dominação *carismática*, o torna um bom candidato em uma disputa para o cargo de governador, até porque dentro de uma projeção estadual, foi o segundo candidato a Deputado Federal com maior número de votos. Wall Ferraz que transmutou de um partido a outro diversas vezes, carrega consigo toda uma experiência de gerência de uma capital, assim como no âmbito nacional, influenciando os administradores consecutivos.

Todavia, a discussão neste ponto centralizar-se-á a coalizão do PSDB ao PMDB para lançar um candidato ao governo do estado e, como esta decisão fora inconveniente, ou até mesmo infeliz, posteriormente para Wall Ferraz dentro de sua administração municipal. O jornal¹² *O Dia* de 12 de janeiro de 1990, sinaliza a coalizão que ocorreria para o lançamento de um possível candidato em 1990 ao cargo de governador. Em um trecho da matéria está destacado que:

O partido dos tucanos deu início ontem ao processo de negociação com o PMDB de Teresina em torno do projeto de formação de uma coligação de partidos de esquerda para lançamento de uma candidatura de progressistas ao governo do Estado. O senador Chagas Rodrigues, acompanhado do deputado José Reis se encontraram ontem pela manhã com ex-prefeito Wall Ferraz em seu escritório político.

O encontro durou cerca de 1 hora e, segundo informações obtidas junto a assessores do ex-prefeito, Chagas Rodrigues e Wall Ferraz fizeram uma longa avaliação da situação político-administrativa do Estado chegando à conclusão de que é necessário o lançamento de uma candidatura que reflita o desejo de uma mudança da sociedade e tenha condições de solucionar os problemas do Estado.

Chagas Rodrigues chegou o escritório político de Wall Ferraz informado da situação político-administrativa do Estado, notadamente a

¹² PSDB pode formar aliança com PMDB e lançar candidato em 90. Teresina: *O Dia*, 12 jan. 1990, p. 3.

questão partidária. Segundo consta, ele chegou a dar a entender que o PSDB poderia vir a ser o partido alternativo para que o ex-prefeito pudesse viabilizar a sua candidatura, caso não encontre respaldo dentro da legenda do PMDB.

A partir do exposto acima, pode-se inferir que a coalização política liderada pelo PSDB, mais precisamente com o suporte do Senador Chagas Rodrigues, que nos anos 1980 e 1990 tinha influência de peso no partido, teve como principal representante político o Wall Ferraz (RODRIGUES NETO, p. 106, 2018). É intrigante analisar a forma sorrateira como o Senador Chagas Rodrigues influencia desde o momento para a mudança de partido de Wall Ferraz, do PMDB ao PSDB, concedendo o espaço a ele dentro do PSDB para tornar possível sua candidatura à Prefeitura de Teresina em 1991.

Notoriamente Wall Ferraz salienta o espaço para a formação de uma coligação de partidos de esquerda, devido aos últimos acontecimentos dentro do governo de Alberto Silva e a má gestão, lesando os funcionários públicos, o que seria o momento ideal para concentrar objetivos semelhantes. Tal parecer é notório na descrição da matéria do jornal *O Dia*, ao exibir a conformidade lograda por Wall Ferraz e o Senador Chagas Rodrigues, ao exaltar as prioridades da aliança:

O senador Chagas Rodrigues concordou com o ex-prefeito Wall Ferraz que no Piauí há espaço para a formação de uma coligação de partidos de esquerda envolvendo siglas como o PMDB, PSDB, PDT, PC do B, PCB, PSB e PT. Entende o senador que os resultados das últimas eleições amplamente favoráveis as teses progressistas refletem o esclarecimento do eleitorado [...].

[...] Os dois não chegaram a se demorar nas conversas em torno da proposta de aliança porque antes disso fizeram uma ampla avaliação do quadro do Estado no contexto político-administrativo. Passando pela questão dos “lobbies”, envolvendo interesses do grupo que penalizam sobretudo as reais prioridades do Piauí e sacrificando o funcionalismo público.

Os dois saíram do encontro convictos de que a população precisa participar da elaboração de um programa mínimo de solução dos problemas principais e, dentro desse quadro, escolher um nome que assuma o compromisso de cumprir esse programa. Para eles, a situação do Estado é de emergência o que é preciso uma solução urgente para recuperar o atraso a que foi submetido o Piauí nos últimos quatro anos¹³.

A partir desta aliança formada, estavam engajados a mudar a situação estagnada do estado devido à última gestão. Mesmo com a derrota de Wall Ferraz para o cargo de governador, a quantidade de votos recebidos foi expressiva. Entretanto, o que pode ter

¹³ PSDB pode formar aliança com PMDB e lançar candidato em 90. Teresina: *O Dia*, 12 jan. 1990, p. 3.

causado a derrota de Wall Ferraz fora o apoio de Alberto Silva a sua candidatura, não pode-se ignorar ao fato do Alberto Silva quando indicado pelos militares, escolher a dedo Wall Ferraz para ser Secretário de Educação, considerando-o o maior conhecedor dos problemas piauienses (MORAES, 1995, p. 65).

Quanto às eleições de Wall Ferraz, retomemos a primeira. No ano de 1985 ele concorria ao cargo de Prefeito contra o Átila Lira do Partido da Frente Liberal (PFL). Wall ganhou com 78.252 votos, já Átila Lira computou 60.649 mil votos, em torno de 18 mil votos de diferença, foi uma disputa acirrada¹⁴. Entretanto, Ferraz não se desvia do foco ao povo, algo muito característico dele, o que o fez ser eleito nesta primeira eleição direta para a prefeitura. Toda sua proximidade junto ao povo desde as campanhas até a posse é notável. De acordo com José Olímpio Castro, Wall Ferraz relatou no seu discurso de posse que (*apud*, ALCIDES, 2017, p. 7):

[...] Grandes edificações são necessárias. Asfalto também. Praças e jardins são imprescindíveis. Tudo será inútil, porém, se ao lado dos suntuosos edifícios vivem famílias no maior grau de miséria. De nada valerá o asfalto se ao longo dele se amontoam casebres abrigando a mais extremada pobreza. As praças e jardins não terão sentido se os usuários, corroídos pelas mais crônicas carências, não sabem como utilizá-los convenientemente. Consequência da minha opção pelo social, saneamento básico, habitação, transporte, educação, alimentação, saúde, são itens que merecerão atenção máxima do meu governo.

Ao priorizar serviços básicos a população teresinense, Wall Ferraz funda uma era interessante ao que cerne o modelo de administração e/ou gestão. É o que irá garantir para sua próxima eleição, a atenção em torno dos problemas da população que o Prefeito Wall Ferraz procura resolver, e sua dominação carismática, já explanada anteriormente.

O chavão popular que diz “em time que está ganhando não se mexe” pode qualificar o que é visto nas campanhas, falas, discursos e, por ora, entrevistas de Wall em 1992. Embora tenha passado seis anos longe do âmbito político municipal, Ferraz faz exposições semelhantes ao que foi feito no discurso de posse do seu segundo mandato¹⁵:

¹⁴ ELEIÇÕES 1985 – Resultado da Eleição 1º turno para Prefeito. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE.

¹⁵ WALL diz que PSDB fará acordos somente em torno de programas. Teresina: *O Dia*, 4 jan. 1992, p. 3.

O ex-prefeito, que chegou a ser o mais popular do Brasil na segunda vez que administrou Teresina, destaca que a cidade não precisa de projetos “megalomaniacos mas de ações administrativas mais de acordo com a nossa realidade de uma capital que está cheia de desempregados e que oferece precários serviços nos setores de saúde, habitação, educação, transporte e saneamento”.

O que se pode inferir a partir do fragmento acima é que a visão dos problemas da capital não mudou de uma administração para a outra, e principalmente este exemplo de discurso causa ufanismo no povo. Ainda assim, Wall Ferraz demonstra-se atormentado ao tratamento, ou melhor, dizendo, a utilização da população no meio político eleitoral (JORNAL *O DIA*, 1992):

Wall Ferraz também condena “a revoltante política do é dando que se recebe”, onde o eleitor é tratado como mera mercadoria, característica dos grupos dominantes que se recusam a fazer uma política de valorização e conscientização da comunidade, onde as reivindicações devem ser feitas em termos coletivos e não individuais.” Ele se refere aos “pseudos líderes comunitários, que se aproximam dos que estão no Poder – e certamente estimulados por estes – para oferecerem massará e outros materiais de construção, nos anos eleitorais, abandonando os eleitores depois.” Para Wall Ferraz, “o povo quer é trabalho e é isso que o PSDB se propõe a fazer.”

Examinemos bem, diante desta colocação, além de Wall Ferraz “tocar com o dedo na ferida” em um problema recorrente em Teresina, dar o pontapé em sua candidatura, afirmando os objetivos do partido. No ano de 1992, juntamente com Wall Ferraz, estão concorrendo ao cargo de Prefeito de Teresina: Paulo Freitas (PTB), Acilino Ribeiro (PPS), Antônio José (PT), Jesualdo Cavalcante (PFL), Alberto Silva (PMDB). De todos os concorrentes citados, os que tinham mais força em uma disputa contra Wall Ferraz, era Jesualdo Cavalcante e Alberto Silva, ao mesmo tempo em que demonstravam força, eles não tinham chances contra Ferraz. Analisar-se-á as razões.

Em junho de 1992 Wall Ferraz afirma que Jesualdo Cavalcante é seu maior adversário, observe o trecho da matéria seguinte:

[...] Já com relação ao slogan “Acreditar de Novo”, Wall Ferraz diz que é o único candidato que poderia utilizar algo semelhante, já que os demais não foram testados administrativamente e o único que foi provocou o desastre que muitos ainda se lembram. “Por isto, é que ainda acho que o candidato do PFL é o meu principal adversário”, ressalva.¹⁶

¹⁶ WALL diz que Jesualdo é o seu concorrente. Teresina: *O Dia*, 14 e 15 jun. 1992, p. 2/3.

Ao determinar que ele era o único a poder utilizar o slogan “*Acreditar de Novo*” para sua coligação (PSDB, PL, PDC e PCdoB), Wall Ferraz estava afirmando que Alberto Silva não tinha se quer uma chance contra ele, em decorrência dos erros cometidos como governador que entalharam na memória do povo piauiense e, conseqüentemente da população teresinense. De acordo com Claudia Cristina da Silva Fontineles (2015, p. 459):

Frustradas as expectativas quanto ao sucesso do segundo mandato, os profissionais da educação protagonizaram com o governador as cenas mais tensas do final da década de 80, abalando significativamente a imagem construída por esse político na década anterior, em que ele fora considerado o principal aliado dos professores. Findado seu segundo mandato, a decepção tomara de conta do discurso a seu respeito, chegando ao ponto de um de seus principais aliados denominá-lo de “desastroso”, em contraste ao otimismo com o qual sempre fora identificado.¹⁷

Deste modo, nenhum outro candidato poderia ter a audácia de fazer o que Wall estava fazendo, então ele afirma que seu único concorrente é Jesualdo. O então governador do Estado do Piauí, Freitas Neto ao lançar a candidatura de Jesualdo Cavalcante, ressalta:

[...] não acreditar que o ex-governador Alberto Silva se exponha ao vexame de se candidatar com apenas 1,2 por cento de preferência. [...] Nunca subiria no mesmo palanque com Alberto Silva “porque ele fez muito mal ao Piauí e, por isto, vai pagar tudo o que fez durante vinte anos”. (JORNAL *O DIA*, 1992)¹⁸.

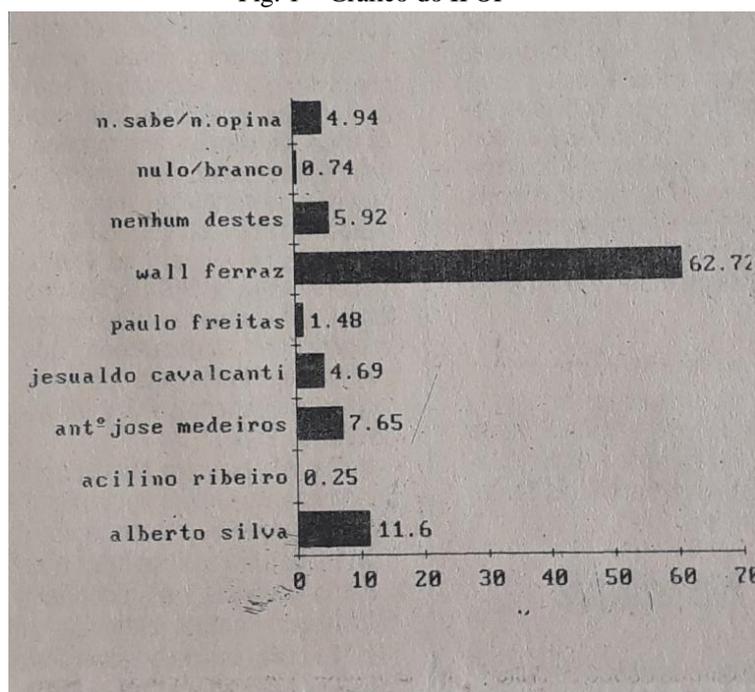
Sendo assim, o que mantêm-se de fato é Jesualdo Cavalcante como principal concorrente a partir da ótica de Wall Ferraz, entretanto não é o que reflete em pesquisas de opinião de julho de 1992. No gráfico¹⁹ abaixo mostra a pesquisa do IPOP, nesta pesquisa expõe que Wall Ferraz está na frente com 62,72%, em seguida Alberto Silva com 11,6%, em terceiro Antônio José com 7,65% e em quarto está Jesualdo Cavalcante com 4,69%. Juntamente com este gráfico, o jornal *O DIA* expõe que o candidato que teve maior crescimento, foi Alberto Silva, equivalente a 4% de preferência.

¹⁷ Fontineles ainda ressalta que ao se candidatar para a sucessão municipal da capital em 1992, Alberto Silva estava muito receoso em participar de reuniões realizadas nos bairros, como a que ocorreu no bairro Água Mineral, na Zona Norte, onde havia muitos professores reunidos. Silva alega que apenas compareceu a reunião por ele ser o presidente e candidato do partido – PMDB – que estava promovendo o encontro. (FONTINELES, 2015, p. 460).

¹⁸ FREITAS fala em candidato novo para a sucessão em Teresina e esnoba Wall. Teresina: *O Dia*, 16 jan. 1992, p.3.

¹⁹ CONCORRENTES sobem, mas Wall mantém a liderança. Teresina: *O Dia*, 07 jul. 1992, p.3.

Fig. 1 – Gráfico do IPOP



Fonte: Jornal *O DIA* (Arquivo Público)

Apesar de Wall ter uma projeção de sua personalidade por ora, tanto quanto ríspido, os demais candidatos desdenha o atributo carismático de Wall Ferraz. Portanto, muitas são as tentativas de depreciar a imagem do homem político de Wall Ferraz enquanto candidato ao cargo. Jesualdo Cavalcante ao conceder uma entrevista ao jornal *O Dia* sobre a ausência de Wall Ferraz no debate televisionado pela TV Timon, diz que Wall teve medo:

[...] o deputado Jesualdo *Cavalcanti* (PFL), candidato à Prefeitura de Teresina pela coligação “Fé na Mudança”, disse que “o eleitor condena o candidato que se ausenta dos debates na televisão”, referindo-se ao candidato da coligação “Acreditar de Novo”, professor Wall Ferraz (PSDB), que não compareceu ao debate²⁰ [...].

Wall Ferraz rebate esse tipo de crítica e faz apontamentos sobre o que viu no debate televisionado:

[...] “Pelo o que vi a discussão foi superficial, muito mais uma entrevista do que propriamente um debate onde os principais problemas na cidade não foram profundamente analisados”, avaliou o candidato tucano acrescentando que além desses detalhes há ainda o

²⁰ PARA Jesualdo, Wall teve medo. Teresina: *O Dia*, 21 jul. 1992, p. 3.

fato de que no debate estaria sempre na defensiva porque os concorrentes cairiam em cima dele.

“Estando eu com a preferência de 50% do eleitorado de Teresina, segundo as pesquisas, é evidente que teria que enfrentar cinco candidatos, todos com o propósito de me derrubarem, o que acho perfeitamente natural. [...] Agora, seria humanamente impossível eu sair da defensiva porque não teria oportunidade para apresentar minhas propostas perante os teresinenses”. Além disso, Ferraz considera que num debate de cinco contra um não haveria tempo para as respostas a todos os ataques²¹.

A partir do que foi exposto, nota-se a segurança de Wall Ferraz em não dar caráter de importância ao debate televisivo, pois segundo ele não é produtivo. De fato, para Wall Ferraz não traria benefícios, apenas o contrário, considerando que seria uma batalha injusta de cinco contra um. O que nos obriga a retomar a discussão sobre sua peculiaridade carismática. Ora de que forma um político carismático se comunica com seus *adeptos*²²? Permite-se que Wall Ferraz responda:

[...] “Além de percorrer os bairros já debati com as mulheres, professores, estudantes, médicos, enfim, com todos os segmentos da sociedade teresinense”, disse. Ferraz diz que nessas discussões aprende, recebe subsídios, informações sobre a situação dramática do povo. [...] “Debate eu considero”, afirma, “quando vai se debater os problemas da cidade e não investigações ou acusações, algumas delas com a capciosa pergunta “porque não fez isso, porque não fez aquilo, porque é assim ou porque não é assim”, ou seja, debate a meu ver não tem esse significado”.

Para ele, o quadro eleitoral não sofrerá nenhuma alteração depois do debate, por entender que não causou nenhum reflexo negativo na cidade. [...] “Se debate contribuísse para mudar a sucessão de Paulo Maluf não estaria em primeiro lugar em São Paulo já que também se recusou a participar e nem por isso caiu nas pesquisas que apontam como o candidato favorito para vencer no primeiro turno”, argumentou²³.

O que se pode compreender diante desta declaração de Wall Ferraz para o jornal *O Dia*, é que o método para vencer uma eleição é reportar-se à população, inserir o povo no jogo político, fazer com que alcance seguidores e potenciais eleitores com organizações ao nível do bairro, seção, célula, e afins (DAHL, 2015, p. 45). Desta forma, Ferraz deposita toda sua convicção ao afirmar que “retórica, discurso bonito ou promessas não resolve”, o que a população quer é ter a projeção de que seus problemas serão sanados.

²¹ WALL critica debate de candidatos na TV. Teresina: *O Dia*, 21 jul. 1992, p. 3.

²² WEBER, 2015, p.159.

²³ WALL crítica debate de candidatos na TV. Teresina: *O Dia*, 21 jul. 1992, p. 3.

Dispondo desses argumentos, atuação e conduta dentro da política municipal e com o povo, é ecoado nas urnas o resultado das eleições de 1992, como pode ser evidenciado na Tabela 4.

Fig.2 – Resultado das eleições de 1992 para Prefeito

TERESINA				
Prefeito				
RAIMUNDO WALL FERRAZ	PSDB	130.829	Eleito	
ALBERTO TAVARES SILVA	PMDB	28.331	Não Eleito	
ANTONIO JOSE CASTELO BRANCO MEDEIROS	PT	21.581	Não Eleito	
JESUALDO CAVALCANTE BARROS	PFL	21.134	Não Eleito	
ACILINO JOSE RIBEIRO DE ALMEIDA	PPS	1.985	Não Eleito	
PAULO DE TARSO MELLO E FREITAS	PTB	1.807	Não Eleito	
VOTOS BRANCOS	-	19.187	-	
VOTOS NULOS	-	14.099	-	

Fonte: TRE (Tribunal Regional Eleitoral)²⁴

Raimundo Wall Ferraz venceu as eleições com 130.829 votos, é número bem expressivo de votos. Até mesmo Alberto Silva com toda sua experiência política (apesar dos pesares dos últimos anos de seu segundo mandato como governador), obteve marcas que não se aproxima de Wall Ferraz nem de longe. Se somado os votos dos candidatos dos PMDB, PT, PFL, PPS e PTB, alcançam cerca da metade dos votos que Ferraz obteve. Algo que não fora surpresa a ninguém, uma vez que as pesquisas de opinião sempre elucidou o que poderia ocorrer²⁵.

O que não estava nas previsões da população teresinense, era que Wall Ferraz viria a óbito faltando dois anos para encerrar seu mandato, assumindo seu vice-prefeito Francisco Gerardo. Desta forma, constitui-se o legado de exemplo político e gestor de Wall Ferraz, desde a nomeação a eleição, o PSDB sabidamente absorve esta herança política para os candidatos que viriam a concorrer ao cargo da Prefeitura de Teresina posteriormente.

E assim é feito pelo PSDB, considerando as declarações de Wall Ferraz para quem deveria ser seu sucessor. Diante a manifestação para o Jornal O Dia²⁶, o Presidente da Câmara dos Vereadores de Teresina, Djalma Filho afirma que:

²⁴ Eleições 1992 – Resultado por município para Prefeito e Vereador. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TER. Página 161.

²⁵ Ver a Figura 1.

²⁶ PRESIDENTE do PSDB admite coligação com PT ou o PMDB. Teresina: *O Dia*. 2 de abr. de 1996. p. 2.

“A eleição é coisa séria, exige do candidato o conhecimento dos problemas do município e competência para resolvê-los”, acrescentou. Para ele, o ex-prefeito Wall Ferraz nunca falou em Ubiraci Carvalho como seu sucessor. “Eu e outros vereadores ouvimos do próprio Wall Ferraz que o candidato à sua sucessão seria João Alberto ou Firmino Filho”, falou o presidente da Câmara.

É provocador analisar as escolhas de Wall Ferraz para quem deveria suceder a seu cargo, principalmente Firmino Filho, pois quando examinado de forma minuciosa constata-se uma trajetória político-ideológica similar a Wall Ferraz, observe a imagem e a legenda da foto abaixo:

Fig.3 – Firmino Filho



Fonte: Instagram (@firminofilho)

Em 1984 só tínhamos dois partidos legalizados e o sonho de um país livre. Os caminhos fáceis e curtos nunca foram uma opção, mas sempre tive a convicção que a coragem é um dos segredos para fazermos as escolhas certas. Cerca de 35 anos depois dessa foto, lembro de muitas coisas boas conquistadas. Jovens ou mais experientes, que a coragem e resiliência nos acompanhe. #tbt.²⁷

²⁷ FILHO, Firmino. Em 1984 só tínhamos dois partidos legalizados e o sonho de um país livre. Teresina, 24 out. 2019. Instagram: @firminosfilho. Disponível em: <http://www.instagram.com/p/B4AQ-1_gVq2/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 24 out. 2019.

A legenda da imagem acima descrita por Firmino Filho induz a notar que a sugestão de Wall Ferraz para que Filho desse continuidade ao seu legado parece explícito. Entretanto, dado ao tempo que o PSDB trás para si esse exemplo político, o mesmo “cessa” o ciclo do dominador carismático, colocando em papel de destaque o modo técnico de gestão. Portando indaga-se: de que maneira o legado de Ferraz intercede a favor do PSDB?

Retomando determinadas declarações de Wall Ferraz, o qual deixa exposto seu objetivo administrativo que seria levar melhoria para a população: saneamento, urbanização, habitação, energia elétrica, geração de emprego, etc. O que é possível notar nas gestões posteriores, de Firmino Filho e Silvio Mendes é a continuação desses serviços à população juntamente com políticas públicas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO MEIO DE GESTÃO MUNICIPAL

O serviço público é de responsabilidade do Estado, e este tem o objetivo de sanar as necessidades coletivas. Estes serviços devem ser oferecidos sob o regime jurídico público ou parcialmente público, no que por diversas vezes a administração burocrática revelou-se inapta a gerenciar os grandes serviços públicos de educação, previdência social e saúde com certa eficácia. Desse modo, passou a necessitar de políticas públicas em determinados setores.

A burocracia pública brasileira é uma parte importante da gestão do país, tendo em vista que é da capacidade do Estado realizar seu papel de sistematizar as sociedades modernas por meio de leis e políticas públicas, mesmo que exercer tal papel seja um problema para o Estado (PEREIRA, 2018). Max Weber (p. 194, 1999) salienta que tal problema é decorrente de uma administração diretamente democrática, sendo considerado por ele, instável.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 levou à modificação da administração pública, onde o objetivo constitucional fora assegurar o acesso aos serviços públicos para todos, juntamente com a ampliação de setores e políticas públicas como dever do Estado (ABRUCIO; LOUREIRO, p. 45, 2018). Além do mais, esta ampliação resultou em uma maior “autonomia política, financeira e administrativa aos estados [...] e aos municípios” (ABRUCIO; LOUREIRO, p. 45, 2018). Sendo evidenciado, principalmente, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), e prologando-se nas gestões posteriores.

Esta discussão conduz a analisar a situação social e espacial de Teresina, de modo que direciona a dois questionamentos básicos: qual é a fonte dos problemas emergenciais na cidade de Teresina que nortearam os gestores a dar ênfase a políticas públicas de habitação e urbanização? Onde estavam localizados os indivíduos e quais eram suas condições?

Desde a década de 1950, Teresina vem crescendo exponencialmente em número de habitantes, “passando de 90.723 habitantes, na década de 50, para 142.691 na década de 60, chegando a 377.774 habitantes, no final da década de 80” (OLIVEIRA SILVA; SILVA; VIEIRA, p. 4, 2017). Entretanto, ao observar os dados do IBGE, nota-se que “a década de 1970 registrará os maiores índices de crescimento populacional, representando uma taxa média geométrica anual de 5,53%, reduzida para 4,27%, na

década de 1980, e para 1,84%, entre 1991 e 1996” (FUNDAÇÃO IBGE, 1970; 1980; 1996). De acordo com Monte (2010)²⁸:

Esse incremento populacional de migrantes somava-se ao aglomerado de baixa renda já existente na cidade, população que se concentrava em regiões periféricas, próximo a bairros recém-criados, porém verificam-se também manchas em algumas áreas no centro da cidade. A maioria dos habitantes de Teresina estava inserida em um nível de pobreza absoluto, no qual problemas de ordem econômica e social se agravavam constantemente.

De modo que tal crescimento só fora sentido na década de 1980, Antônia Jesuíta de Lima ressalta que (p. 4, 2005):

Na década de 1980 que se tornarão mais visíveis os efeitos desse processo, pois a despeito de, nesse período, terem se registrados os maiores investimentos públicos, desde os anos de 1960, a Capital viu aprofundados os contrastes sociais, registrados no baixo nível de qualidade de vida e nos elevados índices de pobreza. As marcas físico-espaciais exibem uma cidade em expansão, mas com fortes traços segregadores e excludentes das populações pobres.

Diante disso, verifica-se que este crescimento altera o cenário espacial da cidade, tornando-a cada vez mais urbana e diminuindo os territórios rurais. Este crescimento levou a uma série de problemas para comportar esse aumento demográfico na cidade, problemas de infraestrutura básica, que logo foram responsáveis pela segregação urbana²⁹. Esta segregação fora o autor da falta de serviços à população mais pobre, onde se concentravam em áreas suburbanas, melhor pontuando, favelas.

Na década de 1990, as favelas e vilas estão consolidadas, de modo que o poder público direciona parte de sua atenção para os moradores desses locais, consolidando de modo prático a característica de gestão tecnocrática do PSDB, sendo iniciado com o Prefeito Firmino Filho (1997 – 2000). Para a melhor resolução dos problemas decorrentes da falta de planejamento e crescimento desordenado desses locais, a gestão da segunda metade da década de 1990 elaborou o programa Vila-Bairro e o Orçamento Popular. Ambas as políticas públicas visam sanar complicações habitacionais e urbanas,

²⁸ MONTE, Regianny Lima. A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. Teresina: Dissertação (mestrado) – UFPI, 2010.

²⁹ OLIVEIRA SILVA, Erick; SILVA, Gabriel Rodrigues da; VIEIRA, Nadja Rodrigues Carneiro. *Expansão urbana da cidade de Teresina e suas transformações socioespaciais*. Natal: Regimes urbanos e governança metropolitana, 2017.

que assim como o “efeito dominó” resolveria uma parte de outros problemas como: saúde, desemprego, segurança, educação, etc.

2.1 Programa Vila-Bairro Teresina

O ano de 1985 revelou-se como um marco na trajetória da gestão da cidade, e com a eleição de Wall Ferraz para Prefeito da capital inaugura-se um modelo de gestão local baseado na inclusão social e na participação comunitária. Entre os anos de 1989 a 1992 houve uma interrupção dessa espécie de gestão devido à administração de Heráclito Fortes (PMDB), onde retomaria apenas em 1993 com a eleição de Wall Ferraz (FIRME, 2002, p. 8).

O Projeto Vila-Bairro Teresina tem raízes do Programa Hortas Comunitárias³⁰, implantado entre 1987 e 1989 pelo Governo Municipal e a Funabem, beneficiou 371 famílias. No ano de 1993 aumentou a quantidade de hortas e conseqüentemente beneficiou 904 novas famílias. Entre o período de 1993 e 1996, foram ampliados e realizados outros projetos de urbanização, onde apoiavam-se na participação comunitária (FIRME, 2002, p. 8). Diante disso, obteve-se uma melhor visualização da dimensão do problema habitacional. De acordo com Denise Penna Firme (2002, p. 8):

Como parte da política pública municipal de habitação, a partir de 1996 foram implementados ações iniciais de regularização fundiária e de reassentamento de famílias ocupantes de áreas de risco e irregulares, abrangendo cerca de 16.555 pessoas, em seis áreas da cidade.

Políticas de intervenção integrado foram definidas, prevendo-se a implementação de uma proposta multissetorial. Esta decisão deu origem ao Projeto Multissetorial Integrado Vila-Bairro (PVB), concebido pela Prefeitura Municipal no primeiro trimestre de 1997.

Diante do que foi exposto acima, afirma-se que o Projeto Vila-Bairro Teresina foi proposto no primeiro mandato da gestão de Firmino Filho, no ano de 1997 com duração de quatro anos, com data de término em 2000, sendo de responsabilidade de execução da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral (SEMPPLAN), com o custo total de R\$ 67.660.530,00 (valor relativo à Setembro de 1997). Assim

³⁰ Foi implantado sete hortas, beneficiou famílias e recuperou 24,4 hectares de solo para uma atividade de agricultura sustentável (FIRME, 2002, p. 8).

como está descrito na formulação original do projeto, o Vila-Bairro Teresina (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 3):

[...] Foi um marco na concepção de políticas voltadas para a valorização da cidadania e para o resgate social de populações em estado de extrema pobreza, residentes em vilas e favelas.

As ações aqui apresentadas tem características de integração e de integralidade que visam ao pleno alcance dos objetivos e garantam a integridade da cidade, respaldadas na defesa de interesses coletivos e do desenvolvimento do município.

É com esse propósito que a Prefeitura Municipal de Teresina institui um modelo de intervenção co-responsável que possibilite o envolvimento da sociedade e dos poderes públicos diante da nova configuração a ser implantada na periferia da cidade.

No formato original do projeto foi detalhado o contexto referencial, a justificativa, os objetivos e metas dessa política pública. Assim como fora explanado anteriormente sobre o processo de surgimento de vilas e favelas em Teresina ser um fator a ser considerado, o mesmo está descrito no contexto referencial para dar a devida importância (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 5):

O processo de empobrecimento a que vem sendo submetida a população do município de Teresina e que tem agravado as desigualdades sociais, a miséria e a favelização, tem origem na década de 70.

Os investimentos governamentais em serviços de infra-estrutura e a implantação de grandes conjuntos habitacionais, aliados a falta de política de desenvolvimento do campo, contribuíram para o início de uma acelerada urbanização, que permanece e se acentua década a década.

[...] Consequentemente, o município não suportando a demanda cada vez maior por serviços, não foi capaz de absorver a mão-de-obra em busca de emprego.

Nesse contexto se configurou uma grande crise habitacional, provocada, também, pela especulação imobiliária e pelo desestímulo aos investimentos em moradias, resultante da legislação que trata do congelamento de aluguéis.

[...] Em 1986, Teresina vivenciou o acirramento das contradições e conflitos quanto a questão da moradia; intensificaram-se os movimentos sociais em produção de favelas de forma organizada e coletiva, gerando o quadro atual de 149 vilas e favelas ou similares segundo censo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – Semtas, em 1996.

Diante desta realidade da capital relatada pela Prefeitura Municipal de Teresina em 1997, era necessário que de fato o gestor realizasse ações em virtude de um maior agravamento do problema. De acordo com o *Censo das Vilas e Favelas de Teresina de*

1996, em Teresina existia 149 vilas, favelas e áreas de assentamentos, com 24.895 domicílios, abrigando 25.775 famílias e uma população de 94.617 habitantes, alcançando 12,83% da população total do município, e estes números aumentaram (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 6):

Após a realização do referido censo, surgiram 06 novas áreas ocupadas por 4.200 famílias das quais não houve possibilidade de obtenção de dados mais consistentes. Atualmente Teresina conta com 155 vilas, favelas e áreas de assentamento com 29.095 domicílios e população estimada de 115.617 habitantes.

Entre 1991 e 1993 houve um acentuado crescimento no número de ocupações: passou de 56 para 141, representando um aumento de 151,7%. No período de 1993 a 1996, a expansão de áreas ocupadas correspondeu a apenas 5,67%.

Deste modo, a justificativa para a efetivação desse projeto é nítida. A não resolução desses problemas habitacionais agravaria a situação. Dentro deste projeto fora feito uma análise e estudos sobre a situação da infraestrutura básica dos domicílios de tais localidades, que condizia em quantificar os domicílios em que havia energia elétrica (CEPISA, gambiarra, não tinham, sem informação), abastecimento de água (AGESPISA, chafariz, vizinho, cano quebrado na rua, outra fonte, não tinham), tratamento da água (filtrada, fervida, coada, sem tratamento, não tinham, sem informação), destino dos dejetos (fossa séptica, fossa negra, a céu aberto, enterra, sem informação), destino do lixo (coleta pública, terreno baldio, queima, enterra, sem informação)³¹.

Além do mais fora realizado uma análise a cerca da população economicamente ativa, como meio de traçar o perfil empregatício dessas vilas, quais atividades exerciam, e a renda familiar. Sendo constatado que (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 8):

[...] o setor terciário como o maior absorvedor de mão-de-obra, 70,91%; o setor secundário absorve 26,13% e o setor primário 2,96%. Dentre as atividades do setor, serviços é a que concentra 74,17% da mão-de-obra, destacando-se os serviços domésticos exercidos, prioritariamente, pelas mulheres.

A renda familiar dessas pessoas era na faixa de ½ a um salário mínimo, 12,25% das famílias tinham renda de dois a três salários mínimos. A partir desse estudo realizado, os criadores do Projeto Vila-Bairro chegaram aos resultados que 12,17% são

³¹ Censo das Vilas e Favelas de Teresina – 1996.

peças sem instrução e 14,48% analfabetos e, “no nível de escolaridade por faixa etária, 53,84% não concluíram o 1º grau” (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 9).

Desta forma, a partir das análises dos dados do Censo, chegou à conclusão de que era necessário esse projeto em detrimento do forte impacto que o mesmo teria na vida dos indivíduos. Pois toda má situação socioeconômica do morador das vilas e favelas era em prejuízo da “somativa” de problemas anteriormente apontados (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 11):

O reconhecimento da necessidade de modificar o quadro de crescimento desordenado evidente no município e conseqüentemente, intervir nas vilas e favelas gerou a formulação desta proposta apresentada pela Prefeitura de Teresina.

As intenções desta administração, definidas no Plano de Desenvolvimento Integrado de Teresina, destacam ações estratégicas que contemplam o redirecionamento da dinâmica social estabelecida nas áreas de extrema pobreza da cidade.

O Projeto Vila-Bairro Teresina busca o resgate social da população residente nas vilas, através de melhoria da qualidade de vida e da auto-estima a partir da consolidação das vilas como bairros reorganizados urbanisticamente.

Em resultado disso, o objetivo geral do Projeto Vila-Bairro Teresina era “consolidar as vilas existentes em Teresina em verdadeiros bairros, com padrão mínimo de urbanização, orientados para o desenvolvimento sócio-econômico” (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 12). Os objetivos específicos são:

- Consolidar uma opção política abrangente com a presença do Estado visando o resgate social da população pobre pela via de melhoria de qualidade de vida e da auto-estima.
- Oferecer obstáculo considerável à multiplicação do problema pelo exercício do controle dessas áreas evitando a reprodução da situação de grave risco e a formação de verdadeiros estados paralelos fundados na larga marginalidade.
- Implantar ações globais de infra-estrutura física e social nas vilas, instituindo-lhes padrão mínimo de urbanização.
- Estabelecer a geração de renda, considerando o potencial econômico e as relações sociais já estabelecidas nos aglomerados alvos das intervenções.
- Integrar, funcionalmente, as vilas às áreas circunvizinhas com infra-estrutura já instalada.

Os objetivos acima pontuados, oriundos do projeto original do Vila-Bairro Teresina, apresenta iniciativas que por ora são ou eram de responsabilidade e obrigação do Estado executar, por razões desconhecidas, não ocorriam. Entretanto, compreende-se

que um novo modelo gestacional estava provindo, por mais que fosse de uma continuidade partidária. Ademais, não se pode negar a preocupação em todas as instancias do problema, sendo contemplado de forma ampla para que o indivíduo tenha a melhor evolução possível dentro de sua localidade.

As metas do projeto consistiam em (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 13):

- Intervenção sistematizada e integral em 155 vilas de Teresina.
- Atendimento a cerca de 116.000 habitantes.
- Envolvimento comunitário com uma programação para lideranças, entidades representativas e população em geral das vilas.
- Atuação, através de 20 frentes de ação, nos componentes de infraestrutura física e comunitária, ação educativa e geração de emprego e renda, assim discriminada no quadro Demonstrativo das Ações por Área de Intervenção.

As metas acima mencionadas requeriam fiscalização do andamento das obras, logo, no projeto, é acentuado que existe um controle acerca dos gastos, relatórios operacionais realizados mensalmente ou quinzenalmente, demonstrando assim se o cronograma previsto do projeto estaria em concordância com o desembolso (PREFEITURA DE TERESINA, 1997, p. 24):

A cada área de intervenção concluída, corresponderá a produção de um relatório-diagnostico comparativo que subsidiará a execução nas áreas posteriores, visando a maior eficácia do projeto.
A produção de uma documentação final³² constituirá na apresentação à Teresina, da transformação sofrida e a nova configuração provocada na periferia da cidade.

As obras do projeto ocorriam paulatinamente, e após a conclusão em uma localidade partia-se para outra. A desvalorização e os problemas existentes em bairros recém-nascidos despertaram as gestões tucanas a pensar em políticas públicas como meio de reparo a essas populações. A criação do projeto Vila-Bairro é uma das políticas públicas que visava levar habitação, infraestrutura e erradicação da pobreza em vilas e favelas dessas áreas afastadas que antes não tinha atenção. A partir do estudo de caso do projeto Vila-Bairro denota-se que (FIRME, p. 56, 2002)³³:

³² Infelizmente o acesso a esses documentos fora inviáveis, uma vez que a Prefeitura de Teresina não tinha conhecimento da localização desses documentos e tão pouco a que fim levou. Estando disponível apenas o Projeto original e o Estudo de Caso.

³³ FIRME, Denise Penna. Estudo de caso: projeto vila-bairro: Teresina-Piauí – versão condensada. / Denise Penna Firme, Alexandre Santos, Tereza Cristina Baratta. Supervisão de Marlene Fernandes.

A análise das informações e opiniões apresentadas neste estudo permite concluir que os resultados até aqui alcançados pelo Vila-Bairro, no sentido do resgate da cidadania das populações marginalizadas e em situação socialmente desfavorável de Teresina, são tão ou mais importantes do que os resultados das intervenções físicas praticadas nas localidades do Projeto. [...] As ações de infraestrutura urbana diretamente associadas à saúde e à segurança da população, e a melhoria das condições de acesso nas localidades-alvo vêm sendo vistas como essenciais à sustentabilidade do Projeto, na sua dimensão social. Da mesma forma a regularização fundiária revela-se como uma ação fundamental à consolidação das inversões realizadas pelo Projeto e garantir o investimento em novas benfeitorias pelos próprios moradores. No caso do Vila-Bairro as famílias já puderam contar com a possibilidade da existência das ações referentes à construção e à melhoria habitacional como suporte inicial e necessário à moradia digna.

Diante desta análise acima destacada, conduz a examinar as imagens que este Estudo de Caso³⁴ produziu ao fotografar algumas as áreas contempladas pelo Projeto Vila-Bairro Teresina. É nítida a melhoria no quesito habitacional e urbano, onde as pessoas saíram de péssimas condições para algo um pouco melhor.

Fig. 4 – Vila Ciac (Zona Sul)



Nova ocupação em área situada próxima à Vila Ciac (zona Sul)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Fig. 5 – Vila Carlos Feitosa (Zona Norte)



Rua de circulação interna e melhoria habitacional Vila Carlos Feitosa (zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Fig. 6 – Parque Wall Ferraz (Zona Norte)



Centro de Saúde
Parque Wall Ferraz (zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

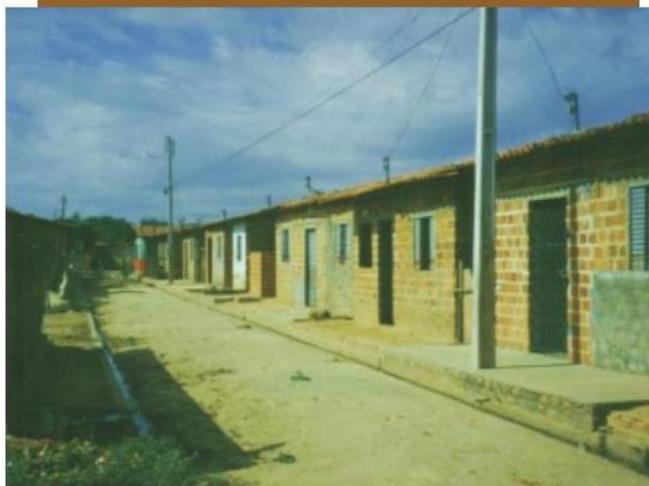
Fig. 7 – Vila Pantanal II (Zona Norte)



Comunidade em área de lagoa
Vila Pantanal II (Zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

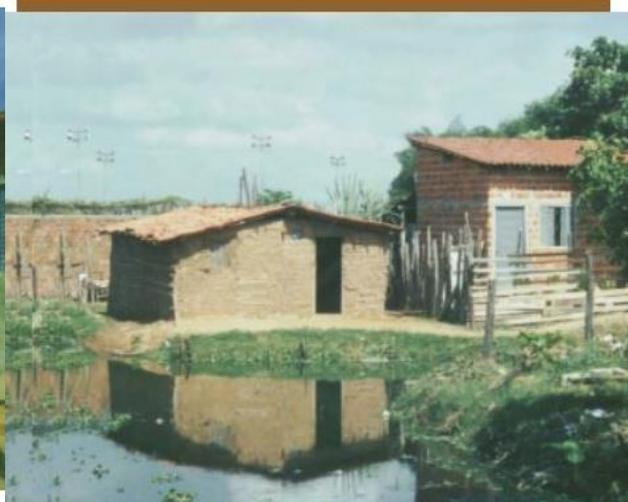
Fig. 8 – Vila Pantanal II



Melhoria habitacional e arruamento
Vila Pantanal II (zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Fig. 9 – Moradia de taipa Vila Pantanal II (Zona Norte)



Moradia de taipa fora dos limites do
Projeto Vila Pantanal II (zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Fig. 10 – Vila Carlos Feitosa (Zona Norte).



Ocupação irregular em área situada atrás da Vila Carlos Feitosa (zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Fig. 11 – Vila Santa Rita (Zona Sul).



Acesso ao Parque e melhoria habitacional ao fundo Vila Santa Rita (zona Sul)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Fig. 12 – Parque Wall Ferraz (Zona Norte).



Melhoria habitacional e área de uso público cercada Parque Wall Ferraz (zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Fig. 13 – Parque Wall Ferraz (Zona Norte).



Pavimentação e áreas comerciais Parque Wall Ferraz (zona Norte)

Fonte: Estudo de Caso (FIRME, 2002).

Na figura 9 é mostrada a moradia de taipa, onde por certo período fora alvo de incêndios na primeira metade do século XX em Teresina, com a diferença de que as moradias que sofriam com incêndios na década de 1930 os tetos eram feitos de palha, de modo que causava preocupação nas autoridades do município, entretanto essa preocupação não era com quem estava sendo lesado com esses incêndios (os pobres) e

sim o receio de que atingisse a zona urbana (NASCIMENTO, 2015)³⁵. Portanto, de acordo com Alcides Nascimento, mesmo que fosse uma aflição velada do governo, foi submetido ao poder público que intervisse e substituísse o teto de palha por telhado.

É intrigante, porém não causa espanto que essa espécie de moradia tenha se prolongado até meados do século XXI. O que leva a outra discussão, sobre o reaparecimento constante desse tipo de moradia em novas invasões. Onde quando a vila, favela, ou parque era elevado à categoria de bairro, ou equiparado com todas as demandas urbanas necessárias para ter qualidade de vida, mediante o êxito do Programa Vila-Bairro Teresina, foi constatado uma evasão. De acordo com Manuela Nunes Leal (2007, p. 90):

Portanto, as políticas de urbanização de áreas provenientes de ocupações informais devem estar associadas às políticas efetivas de geração de emprego e renda. O que pode ser verificado em Teresina é que muitas famílias estão saindo de vilas e favelas já consolidadas, ou seja, providas de serviços e equipamentos urbanos, para iniciar novas ocupações. Isto ocorre por vários motivos, entre eles, a falta de condições financeiras para custear os impostos, as contas de abastecimento de água, energia elétrica, transporte público.

Esta situação contribui para a permanência da segregação socioespacial em Teresina (LEAL, 2007), uma vez que a população não consegue arcar com os custos de morar ali. O historiador britânico Eric Hobsbawm³⁶, já apontava esta particularidade para parte da população operária da região de *East End* de Londres, o primeiro lugar a sofrer o processo de segregação residencial. Muitos dos bairros projetados foram destinados a uma determinada classe, aos operários, entretanto, estes trabalhadores se viam na obrigação de sair de seu local de morada por não conseguir mais custear o padrão que antes não existira (1987, p. 292):

Outras áreas não teriam sido especificamente projetadas para uma camada social ou para o estilo de vida de uma classe, mas acabariam por transformar-se nisto, pelo fato de os aluguéis excluirmos inquilinos mais pobres, ou, mais provavelmente, pelo fato de os estilos de vida dos trabalhadores manuais e dos empregados de paletó e gravata, de rendas semelhantes, divergirem cada vez mais.

³⁵ NASCIMENTO, Francisco do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

³⁶ HOBSBAWN, Eric J. *Mundos do Trabalho*, 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O que diferencia Teresina para a região de *East End* de Londres é a relação com trabalho, onde é fator preponderante na obra de Hobsbawm, porém esta situação é uma realidade em Teresina. De antemão, as figuras 8 e 12 mostram unidades habitacionais construídas e a figura 13 mostra a pavimentação de ruas. Algo importante a ser pontuado neste momento é o diálogo ou o uso das Associações de Moradores dos bairros que estavam sendo contemplados com o Programa Vila-Bairro, com o Orçamento Popular.

Uma vez que se as obras do Programa Vila-Bairro não estivessem se locomovendo para execução, quaisquer que fossem os infortúnios, as associações elaboravam projetos para ser votados nas reuniões. Uma vez aprovado, seria uma possível garantia que a população do referido bairro seria agraciado com a obra requerente. De acordo com o Estudo de Caso (FIRME, 2002, p. 43):

Com relação à destinação dos recursos, a Prefeitura compara o previsto no Vila-Bairro com as reivindicações apontadas como prioritárias nas assembléias. O Projeto tem sua meta financeira programada, não havendo, neste caso, a necessidade de utilização dos recursos do Orçamento Popular que dependem de negociação.

Desta forma, promovia a consolidação e liderança das comunidades, assim como “a inclusão das despesas decorrentes da operação de serviços ao Orçamento Municipal constitui um fator que favorece a sua sustentabilidade e continuidade” (FIRME, 2002, p. 56). A população conseguia desfrutar de duas políticas públicas onde o alvo dos serviços eram habitação e urbanização. Não obstante, o Vila-Bairro destaca-se em patamar nacional e internacional, trazendo visibilidade ao projeto, à cidade de Teresina e à gestão tucana (FIRME, 2002, p. 22):

Apesar destas dificuldades, o saldo até o momento é positivo. A avaliação preliminar da UTC [Unidade Técnica Central] sobre o estágio atual do Projeto é que as metas e os resultados obtidos até aqui, se são parciais em termos quantitativos, estão acima das expectativas do ponto de vista qualitativo. Tal opinião é corroborada pelos demais parceiros do Projeto. O BNDES considera a experiência um exemplo em sua linha de Projetos Multissetoriais e Integrados. O Vila-Bairro foi premiado, em 2000, pelo Programa CAIXA Melhores Práticas de Gestão Local, classificando-se como uma das dez melhores práticas apoiadas pela instituição. Contando com o apoio da CAIXA, o Projeto concorreu ao Prêmio Global Dubai 2000, classificando-se entre os 40 finalistas entre as centenas de concorrentes de todo o mundo. A partir de então, o Vila-Bairro vem

sendo citado pelo Habitat³⁷ como uma prática que merece ser conhecida e replicada por outros Governos locais, no Brasil e em outros países. Os méritos desse projeto de Teresina levaram à inclusão do Vila-Bairro no Estudo de Avaliação da Experiência Brasileira sobre Urbanização de Favelas e Regularização Fundiária estudo que está sendo elaborado pelo IBAM³⁸ no âmbito do *Cities Alliance*³⁹, uma iniciativa do Banco Mundial e do Habitat.

Toda esta notoriedade com instituições nacionais e internacionais indica um aumento da presença do discurso tecnocrático sobre o eleitor em 2004 com a eleição de Silvio Mendes (RODRIGUES NETO, 2018, p. 111 *apud* BONFIM, 2005, p. 1). Sendo afirmado por Rodrigues Neto (2018, p. 111) que, no âmbito eleitoral, o Projeto Vila-Bairro fora responsável por eleger Silvio Mendes, diante ao grande impacto positivo que o Projeto exerceu na cidade na gestão de Firmino Filho (1997/2000 – 2001/2004).

Ademais, o Projeto Vila-Bairro Teresina cumpriu com o que fora proposto no início de sua formulação, em que os feitos foram além de obras físicas, a população adquiriu sua cidadania, principio básico de existência dentro dos termos democráticos atualmente conhecidos.

2.2 Orçamento Popular

O Orçamento Popular de Teresina - OP surgiu em 1997, simultaneamente com o Programa Vila-Bairro Teresina, durante a gestão de Firmino Filho. O OP tem uma abordagem diferente de outras políticas públicas, visto que uma de suas ações é controlar socialmente os recursos públicos que presidem as decisões sobre as políticas municipais (FIRME, 2002). De acordo com a mensagem⁴⁰ do atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcos Antônio Corrêa Lima, ele define o OP como (2014, p. 5):

[...] Um importante instrumento de participação e organização das comunidades na gestão municipal, através da indicação de soluções e

³⁷ Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – HABITAT.

³⁸ Instituto Brasileiro de Administração Municipal é uma organização comprometida com a identificação e operacionalização de soluções para os problemas da Administração Pública.

³⁹ É uma união global composto pelo Manco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – HABITAT, para partilhar doações, compartilhar informações entre governos locais e fazer sugestões políticas, com o objetivo de combater a pobreza urbana em países em processo de desenvolvimento.

⁴⁰ Presente na Cartilha do Orçamento Popular 2014/2015.

definição das prioridades a serem executadas pela Prefeitura Municipal de Teresina.

[...] O Orçamento Popular é mais uma oportunidade para a tomada de consciência quanto aos gastos e investimentos públicos. Participando ativamente desse processo, você, teresinense, passa a ser peça na construção de uma Teresina cada vez melhor e para o povo.

O mecanismo de alinhar as exigências da comunidade com debates com a Prefeitura é um ótimo critério para inserir a população dentro das escolhas do bairro onde mora. Visto que o Brasil vivencia uma democracia representativa, mesmo que problemática, o OP aproxima o indivíduo de uma real possível democracia. Este assunto será retomado mais adiante de forma aprofundada. Os principais objetivos do OP são (ORÇAMENTO POPULAR, 2014, p.6):

- a) Assegurar a participação das comunidades, de forma organizada e autônoma, no processo de discussão elaboração e execução de parte do orçamento municipal;
- b) Propiciar pleno exercício da cidadania, valorizando a participação da população no planejamento e definição dos investimentos públicos;
- c) Garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos, bem como a democratização do poder municipal;
- d) Incentivar as pessoas a uma participação ativa na elaboração e exercício das práticas públicas municipais.

O OP é aberto a todos os públicos, entretanto só podem participar por meio de uma entidade civil como: Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, Grupos de Jovens, Clubes de Mães, Grupo de Idosos e dentre outras entidades. A participação no OP ocorre em quatro etapas. A primeira etapa é o cadastramento das entidades comunitárias. A segunda etapa é a assembleia zonal, onde são escolhidos o representante, o suplente e as três propostas de obras ou serviços e todos os moradores – do referido bairro – podem participar. A terceira etapa é o fórum zonal, onde os presidentes das entidades, os representantes e suplentes, e os demais membros das entidades comunitárias devem eleger cinquenta propostas e dez Conselheiros para cada zona urbana, e vinte propostas e cinco Conselheiros para cada zona rural. E por fim, a quarta etapa é de competência do Conselho Municipal do OP (COMOP), em que será atribuído aos Conselheiros analisar, de modo imparcial, todas as informações relativas às propostas exibidas (ORÇAMENTO POPULAR, 2014).

Todas as etapas são arraigadas de detalhes burocráticos, entretanto a segunda, terceira e quarta etapas são as principais e mais ricas em detalhes onde favorece uma

discussão intriguista. Retoma-se então a Segunda etapa do processo de participação no OP (ORÇAMENTO POPULAR, 2014, p. 8/9).

São reuniões por entidades comunitárias, cadastradas na Assessoria do Orçamento Popular – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação/ SEMDUH, com o objetivo de eleger um (01) representante, um (01) suplente e apresentar até (03) prioridades (obras e/ou serviços) para suas localidades. Somente após o cadastramento, tais entidades poderão agendar suas assembleias. O Presidente de entidade marcará o dia, a hora e o local da assembleia, obedecendo aos prazos e a agenda determinados pela SEMDUH – OP. Os cidadãos que desejarem ser representantes deverão procurar a entidade mais próxima, participar da assembleia e, então candidatar-se [...].

Os referidos candidatos deverão:

- Residir na zona em que a entidade está cadastrada;
- Ser maior de dezoito anos; e
- Saber ler e escrever.

Designa-se então que o processo de escolha dos representantes é livre e com poucos requisitos, de modo a democratizar o método de abordagem do OP. Contudo, o próprio OP assinala o cuidado que deve existir neste processo de escolha (ORÇAMENTO POPULAR, 2014, p. 9):

Vale ressaltar que escolher o representante certo, aquele que reúne e ouve a comunidade, que conhece os problemas e encaminha soluções é extremamente importante, pois estes deverão votar nas propostas compatíveis com as reais necessidades da comunidade. Também é de suma importância, escolher as propostas adequadas para a comunidade, pois estas serão analisadas e, uma vez comprovadas a sua inviabilidade técnica, não será admitido trocas de propostas.

Com o passar do tempo, o OP passou a controlar os delegados que não vão às reuniões, sendo “delatados” ao prefeito por meio de um encaminhamento de uma lista⁴¹. Diante do que foi exposto, indaga-se: o que difere o processo de escolha de representantes do OP para o processo de escolha de um governante? De maneira simplista: não há diferença.

Caso leve em consideração a condição democrática do município (e o Estado brasileiro) e do OP (onde os idealizadores e executores tanto falam e se orgulham disso), mesmo dentro dessas circunstâncias, é nítido o esvaziamento significativo

⁴¹ Atas de Reuniões. Subcomissão Leste – 29/08/2007; Subcomissão Sudeste – 30/08/2007; Subcomissão Sul – 27/08/2007; Subcomissão Rural Leste, Sul, Sudeste e Norte – 04/09/2007. Não é relatado em Ata o que ocorre após informar os nomes dos delegados ao Prefeito, permanecendo em aberto se há ou não algum tipo de punição (OP, 2008).

etimológico da democracia e dos traços da democracia clássica grega, o qual dela só fora herdado a palavra e parte do imaginário associado a ela (MIGUEL, 2014). Luis Felipe Miguel (2014) destaca que as democracias atuais são *representativas* e que a “representação política é incontornável para qualquer tentativa de construção da democracia em Estados nacionais contemporâneos” (p.13). Até dada informação é compreensível o método do OP, entretanto, o torna extremamente burocrático e fragmentado, onde deveria ser mais trivial. Visto que no momento eleitoral – um processo mais delicado – são escolhidos pessoas para exercer competências de exigências do povo. Apontando algo tal como a “*representação da representação*”.

A terceira etapa, assim como exposto anteriormente, é realizada a eleição de cinquenta propostas para cada zona urbana e vinte propostas para cada zona rural. Ademais (ORÇAMENTO POPULAR, 2014, p. 10):

No local onde acontecerá o Fórum, estará afixada a lista das propostas apresentadas pelas zonas urbana e rural. Nesse dia só terá direito a voto o representante eleito. Este, por sua vez, deverá votar em até 03 (três) propostas, como indicado na cédula de votação entregue no ato da assinatura da lista de frequência.

Ao todo serão escolhidas 280 (duzentos e oitenta) propostas eleitas pelo voto direto. Tais propostas serão submetidas a um estudo de viabilidade técnica e à apreciação do Conselho Municipal do Orçamento Popular – COMOP.

A gestão de Firmino Filho apresenta características tecnocráticas, o OP compatibiliza-se em tais características. É instigador e, ao mesmo tempo, justo a maneira como é realizado as etapas do OP, assim como o processo de homologações das propostas. O que direciona a quarta e última etapa, que da perspectiva técnica, é a mais importante, tendo em vista que é levada em consideração a viabilidade das propostas (ORÇAMENTO POPULAR, 2014, p. 11):

Caberá ao Conselho do Orçamento Popular receber as 280 (duzentos e oitenta) propostas selecionadas nos fóruns, realizar as visitas in loco, estudar a viabilidade técnica, alocar recursos, aprová-las e enquadrá-las no Orçamento Municipal, de acordo com os recursos existentes. Para isso, deverá apreciar os quadros analíticos e as informações disponíveis. Ao final dos trabalhos, apresentará um relatório por regional/zona rural, contendo todas as propostas aprovadas a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual.

[...] Outras atribuições dos Conselheiros:

- Analisar, de forma imparcial, todas as informações referentes às propostas apresentadas;

- Acompanhar e fiscalizar a execução das propostas aprovadas no OP;
- Participar da elaboração e aprovação dos relatórios parciais de cada comissão deliberativa, quando do encerramento dos trabalhos;
- Aprovar o Relatório Final do Orçamento Popular, decisão última e soberana do Conselho;
- Repassar para a comunidade todas as informações pertinentes a todo o processo do Orçamento Popular.

Assim como exposto acima, tais informações são confirmadas no Anexo II do Regimento Interno⁴² do OP de 1998, não somente essas informações, mas tudo que fora explanado anteriormente etapa por etapa. Neste Regimento Interno é esclarecido como foi realizado as representações das entidades, o formato sistemático que devem estar organizadas. A livre circulação de posicionamento, apreciação e opinião sobre o processo de planejamento, elaboração e execução das propostas é de suma importância diante o espaço oferecido às associações. É de competência da Comissão Municipal também cobrar e fiscalizar o cumprimento do Plano de Investimentos, assim como, caso ocorra alguma espécie de alteração orçamentária, cortes ou investimentos que estão fora do planejamento, a Comissão deve estar atenta⁴³.

À vista disso, pode-se notar a sistematização e o empenho da Prefeitura em executar o OP da forma mais eficiente e participativa possível, fazendo do indivíduo o fiscalizador. Compreende-se então a existência de uma pirâmide dessas relações de cobrança e fiscalização. Os moradores dos bairros cobram dos presidentes das associações, os presidentes das associações cobram dos delegados e suplentes, e estes cobram do OP. Analisado sob esta ótica, não existe veracidade ou controle das informações que são retornadas aos indivíduos que estavam cobrando algo ou alguma ação do OP, de modo que fica aberto à ocultação de informações em algum momento, seja do OP com os delegados e suplentes ou dos delegados e suplentes com as associações. Porém, não é objetivo levar a discussão a esse patamar.

Quanto às propostas apresentadas para o OP, a maioria são interessantes e necessárias para o bem comum dos moradores do referido bairro, entretanto há algumas que são “singulares”, pois tende a apresentar interesse de cunho pessoal ou características de propostas que não seriam de competência da Prefeitura ou de uma política pública – no caso o OP que está em discussão – custear. Ao notar essas propostas “singulares” e observar as propostas escolhidas para execução, claramente é

⁴² Este Regimento Interno pouco sofreu modificações ao longo dos anos.

⁴³ Anexo II – Regimento Interno (OP, 1998).

visualizado que não foram contempladas. Isto torna o OP uma política pública adequada ao que se propõe que é amparar da melhor forma o maior número de pessoas.

Provavelmente, isto ocorre devido às repartições de recursos do OP, que deixa em aberto a possibilidade de mandar propostas as quais podem ser resguardadas em alguma função do governo. Há um total de nove “Funções/Programas de Governo”, sendo elas: Agricultura e Abastecimento, Educação, Esporte e Lazer, Habitação, Urbanismo, Economia/Emprego e Renda, Saúde, Saneamento, e Transporte⁴⁴.

Dentro das funções anteriormente mencionadas, recebem mais recursos a função de Habitação, Saneamento e Educação. Há a continuidade desse padrão nos anos seguintes, até 2015 a configuração permanece a mesma, evidentemente algumas outras funções recebem mais recursos que outros, devido a necessidade da cidade e da zona no momento, mas nada que altere a ordem a seguir.

Tabela 5 – Disponibilização de recursos do Orçamento Popular

FUNÇÃO/PROGRAMA DE GOVERNO	PREVISÃO INICIAL (R\$ 1,00)	VALOR APROVADO (R\$ 1,00)
HABITAÇÃO	1.830.000,00	2.188.453,00
SANEAMENTO	1.910.000,00	1.990.000,00
EDUCAÇÃO	1.350.000,00	1.320.000,00

FONTE: Orçamento Popular (1999).

Outra função que não está entre as que mais recebem recursos, mas que ainda assim é importante e pertinente para a discussão é o Urbanismo. Uma das características visualizadas neste requisito, fora a inclusão social da população rural de Teresina ao ser aprovado o projeto de construção de um posto telefônico, visto que o indivíduo residir no meio rural não o exclui de ter acesso a um meio de comunicação – que para o ano de 1998/1999 era importantíssimo – utilizado principalmente no meio urbano.

Na gênese do OP as reuniões eram realizadas quinzenalmente, no ano de 1998 as reuniões⁴⁵ direcionaram-se a assuntos como: as áreas e situações a serem priorizada, divisão dos recursos de forma igualitária para todas as zonas (diante das necessidades zonais), a possibilidade de remanejamento de propostas em decorrência das visitas *in*

⁴⁴ Anexo V – Distribuição dos recursos por função de governo (OP, 1998).

⁴⁵ Anexo VII – Atas das Reuniões (OP, 1998).

loco dos técnicos e a constatação de inviabilidade da proposta anterior, leitura dos relatórios dos técnicos, e aumento de recursos financeiros para a função de Habitação.

Algo a ser levado em consideração das reuniões do OP são os debates que recorrentemente é visualizado nas Atas de Reuniões, onde visa dar prioridade a obras emergenciais ou para bairros mais necessitados, compreensivamente os delegados e/ou suplentes optam por selecionar projetos que beneficie mais de um bairro. Isso não quer dizer que não ocorra discordâncias nas reuniões, em algumas situações há delegados que reclamam da verba destinada para determinada obra, alegando que o valor é insuficiente.

As obras validadas pelo OP, em sua maioria, são de caráter urbano e habitacional. Pode-se confirmar, diante as propostas aceitas e aprovadas pela viabilidade técnica, que o OP se tornou “ponto de execução” de quatro tipos de obras: pavimentação asfáltica, construção de unidades habitacionais, construção de calçamento e construção de unidades sanitárias. Em 4 de Agosto de 2014⁴⁶ o representante da SEMDUH, Daniel Pereira argumentou que a pavimentação asfáltica era oneroso para a Prefeitura, de modo que era priorizado ruas com creches, escolas e linhas de ônibus, onde as demais obras seriam realizadas até o fim de 2014. Para contra argumentar o representante da SEMDUH, a representante da FAMEPI, Adalgisa de Sousa, ressaltou que a escolha das obras de pavimentação asfáltica não era de competência dos conselheiros, mas sim dos votos das comunidades durante a realização das assembleias, ou seja, independentemente da elucidação dada às comunidades por intermédio dos presidentes e conselheiros, a comunidade persistia nas obras de asfalto. Este fato promove a conclusão que as deliberações do povo são acatadas – e os representantes se fazem defensores das propostas nas reuniões – não permanecendo integralmente preso ao que as secretarias considerariam melhor ou de menor custo.

Kleber Montezuma⁴⁷, Secretário Municipal de Habitação e Urbanismo em 2000, atentou sobre a importância da Comissão do OP. De acordo com a Ata de 18 de Julho de 2000 (PREFEITURA DE TERESINA, 2000, p.3)⁴⁸:

[...] fez menção sobre o papel da Comissão de analisar minuciosamente as propostas de modo a atender obras e serviços mais necessários de acordo com os recursos disponíveis e afirmou que o

⁴⁶ Atas de Reuniões. Ata do Conselho Municipal do Orçamento Popular Regional Sul (OP, 2014/2015).

⁴⁷ Hoje Secretário Municipal de Educação da Prefeitura de Teresina.

⁴⁸ Anexo V – Atas de Reuniões. Ata de Solenidade de Instalação da Comissão Municipal do Orçamento Popular de Teresina-2001 (18/07/2000)

Orçamento Popular é da Cidade e, por este motivo, discutido de forma democrática e não somente marca registrada da administração do Prefeito Firmino Filho [...].

Diante dessa colocação lavrada em ata, pode-se destacar que é dos planos dos secretários e do prefeito tornar o OP duradouro em Teresina, diferente do Programa Vila-Bairro que tinha em seu projeto original data para início e término. Seguindo a pauta da Ata de 18 de Julho de 2000, Firmino Filho⁴⁹ discursou sobre (PREFEITURA DE TERESINA, 2000, p.3):

[...] como traçar os objetivos e diretrizes num processo democrático como o Orçamento Popular; conceituou o OP como forma superior de administrar a cidade; falou sobre a necessidade de reforçar o “volume” de financiamento para dar continuidade as ações planejadas. Referiu-se aos investimentos no Centro da cidade; ao avanço significativo dos indicadores sociais; à colaboração no setor segurança pública, com doação de terrenos e veículos; à possibilidade de se promover seminários ou fóruns para discutir as regras democráticas que reflitam a vontade das comunidades em todas as áreas de atuação da Prefeitura e ressaltou o reconhecimento de Teresina no Cenário Nacional, concorrendo, a título mundial, ao prêmio de melhor Projeto com o Vila-Bairro.

Atente-se aos trechos que retratam diretamente sobre a democracia: “como traçar os objetivos e diretrizes num processo democrático como o Orçamento Popular” e “à possibilidade de se promover seminários ou fóruns para discutir as regras democráticas que reflitam a vontade das comunidades em todas as áreas de atuação da Prefeitura”. Ambos os trechos retomam a discussão sobre democracia, já realizada anteriormente. Entretanto, quando é expresso o que está na primeira sentença, conduz a um entendimento acerca da ausência do povo no processo de tomada de decisões, característicos da democracia *representativa* (MIGUEL, 2014). Quanto à segunda afirmação de Firmino Filho, remete a um desafio de qualquer organização democrática, a qual é uma relação de interesses de sujeitos e grupos “em uma sociedade e uma hipotética “vontade coletiva”, isto é, como permitir a livre expressão dos interesses em conflito e ainda assim manter uma unidade mínima, sem a qual nenhuma sociedade pode existir” (MIGUEL, 2014, p. 13).

⁴⁹ Firmino Filho volta a repetir parte desse discurso no dia 22 de Agosto de 2001. Anexo III – Atas das Reuniões (OP, 2002).

2.2.1 Autonomia de Associação

Diante da existência do Orçamento Popular em Teresina e a sua dinâmica de funcionamento, onde necessita da participação das Associações de Moradores ou de outras entidades, é interessante e instigante analisar o funcionamento da mesma a partir da teoria poliárquica de Robert Dahl, onde é contemplado um estudo acerca das diversas etapas para atingir o estado pleno de democracia e, quais são os pré-requisitos para isso.

Como exposto anteriormente, para participar dessa política pública, a primeira etapa é o cadastramento das entidades civis comunitárias, de modo que a mesma tenta validar-se e legitimar-se dentro do contexto político. Um dos propósitos para atingir uma sociedade poliárquica é ter “Autonomia associativa”, ao cerne é o direito do cidadão de formar associações ou agremiações com certa independência, assim como o direito de criar partidos políticos e outros.

Levando em conta a relação existente entre Prefeitura e Associações, Teresina traça um caminho promissor a alcançar a Poliarquia, entretanto isso só é possível diante desta prática tecnocrática que a gestão tucana tem exercido com o Orçamento Popular há mais de uma década, juntamente com outras políticas públicas.

3 REFLEXOS NO PROCESSO ELEITORAL DA GESTÃO “APRAZÍVEL” DO PSDB

O modo de gestão de um governo tem o grau de relevância a ser considerado no jogo político eleitoral. Entretanto, assim como já fora explanado nos capítulos anteriores – principalmente no primeiro –, a personalidade e características únicas de cada administrador há certa importância para o êxito do seu mandato e, conseqüentemente deixar um “legatário”.

A existência deste legado é precedida por uma disfunção democrática. Esta afirmação, embora pareça leviano, está materializada ao que Robert Dahl discute e defende a necessidade de intercalação partidária e ideológica para que de fato, um governo de determinado país ou cidade esteja configurado como um governo democrático.

Robert Dahl apresenta uma série de requisitos necessários para o funcionamento de uma democracia para uma grande demanda de pessoas. Considerando os cidadãos como politicamente iguais, todos devem ter as mesmas oportunidades, sendo elas (DAHL, 2015, p. 26):

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva.
3. De ter preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.

Diante destas oportunidades que são indicativos de um governo responsivo, são necessárias oito garantias institucionais, onde a partir dessas é possível delinear os tipos de governo. As oito instituições listadas por Dahl são (2015, p. 27)⁵⁰:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações
2. Liberdade de expressão
3. Direito de voto
4. Elegibilidade para cargos públicos
5. Direito de líderes políticos disputarem apoio
 - 5a. Direito de líderes políticos disputarem votos
6. Fontes alternativas de informação
7. Eleições livres e idôneas
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

⁵⁰ Ver a tabela 1.1. Alguns requisitos de uma democracia para um grande número de pessoas (DAHL, 2015, p. 27).

Perante a essas instituições listadas é possível visualizar a situação política teresinense e sua evolução, rememorando que em 1976 há uma ideologia política dominante (ARENA), e que fora escolhido de forma indireta para prefeito da cidade o político Wall Ferraz, tal ação é específico de um regime político ditatorial. Logo, a evolução democrática teresinense ocorre juntamente com o país dada ao início do processo do fim da Ditadura Militar, ocorrendo a primeira eleição na capital piauiense de caráter local em 1985, entretanto o eleitor teresinense escolheu por meio do voto direto Wall Ferraz como prefeito, isto não é um pecado, mas é interessante do ponto de vista histórico e político⁵¹. O cidadão teresinense adquiriu, paulatinamente, estas instituições listadas por Dahl, sendo o direito ao voto a principal dentre as oito, “quanto maior a proporção de cidadãos que desfruta desse direito, mais inclusivo é o regime” (2015, p. 28), concomitantemente o acesso ao voto promove maior probabilidade de contestação pública.

Em face da possibilidade da existência de contestação pública em um governo ou regime, Dahl aponta quatro espécies de regimes, onde todos esses regimes buscam evitar a contestação pública. A Hegemonia Fechada é um regime que requer quase ou plenamente de oposição pública e, por conseguinte, de competição pelo poder político. Já a Hegemonia Inclusiva é um regime onde há a inclusão da população na política, enquanto que a contestação continua inexistente, existe participação, porém não há sufrágio. As Oligarquias Competitivas são regimes em que a participação política está limitada a uma pequena parcela da população, entretanto é altamente condescendente à oposição pública, de modo a permitir a competição política. E por último, a Poliarquia é um regime que obteve grau substancial de inclusão tal como de competição política (DAHL, 2012).

A teoria dahlsiana aponta que “nenhum grande sistema é plenamente democratizado” (DHALL, 2012, p. 31), por isso a escolha de nomear Poliarquia como o maior grau de democratização. Portanto, analisar-se-á em qual estrutura o regime político de Teresina se encontra. Diante aos esclarecimentos do parágrafo anterior, Teresina está inserido no regime de Oligarquia Competitiva, onde há a possibilidade de avançar para uma possível Poliarquia.

Com a finalidade de que isso ocorra, a liberalização precederá a inclusividade, “a oligarquia competitiva transforma-se então numa poliarquia pelo crescimento da

⁵¹ Retomar a Tabela 4 do Capítulo 1.

inclusividade do regime” (DAHL, 2012, p. 52). A partir de sequências históricas europeias quando a política competitiva precede a expansão da participação, é um caminho mais estável para a Poliarquia. De acordo com Robert Dahl (2012, p. 54):

Em consequência, as regras, as práticas e a cultura da política competitiva desenvolveram-se primeiramente entre uma pequena elite, e a transição crítica da política não partidária para a competição partidária também ocorreu inicialmente dentro do grupo restrito. Apesar de esta transição raramente ter sido fácil, e de os conflitos partidários serem frequentemente ásperos e duros, a severidade do conflito era restringida pelos laços de amizade, família, interesse, classe e ideologia que permeavam o grupo restrito de notáveis que dominava a vida política do país. Mais tarde, na medida em que novas camadas sociais eram admitidas na política, elas eram mais facilmente socializadas nas normas e práticas da política competitiva já desenvolvida entre as elites, e geralmente aceitavam muitas, se não todas, as garantias mútuas evoluídas no curso de muitas gerações. Consequentemente, nem os estratos mais novos, nem os governantes, que estavam ameaçados de perder seus cargos, sentiam que os custos da tolerância fossem altos o suficiente para suplantar os custos da repressão, particularmente porque a repressão provocaria a destruição de um sistema bem desenvolvido de segurança mútua.

Assim como está exposto na citação acima e o teor como um todo deste trabalho, onde trata da hegemonia de um partido político específico – PSDB – na cidade de Teresina, o caráter oligárquico que está entranhado na política local é o fator que impossibilita esta evolução dentro dos parâmetros democráticos discutidos por Dahl.

Todavia, quando visualizada a situação política de Teresina como na citação anterior, depreende-se que é possível atingir a poliarquia, a trajetória para alcançar esse patamar democrático demanda tempo e um caminho com adversidades, porém, é possível. Até mesmo em situações pontuadas, como: o direito ao voto e eleições livres e idôneas (entre outras garantias institucionais), existente na política local, é possível ainda classificá-la como quase-poliarquia. Ora, quando investigado as questões que afligiam a população teresinense⁵², foi averiguada desigualdade e até mesmo ressentimento diante aos administradores. A desigualdade é problema também de regimes poliárquicos, por essa razão é viável categorizar Teresina como quase-poliarquia.

Em relação ao problema da desigualdade, Dahl questiona como é possível um regime poliárquico ameaçado pela sombra da desigualdade permanecer no governo, e a

⁵² Capítulo 2 – Políticas Públicas como meio de gestão.

explicação para tal indagação é cabível para a situação política teresinense (2012, p. 98):

Uma situação de desigualdade objetiva pode dar lugar a uma reivindicação de que suas causas sejam extirpadas, mas pode não fazê-lo. Se as reivindicações surgirem, elas podem ou não ser dirigidas para o governo. A desigualdade pode ser reduzida ou eliminada em consequência de medidas tomadas pelo governo, mas as condições desiguais podem ser reduzidas também mesmo que o governo não tome medidas positivas – ou, em certos casos, mesmo a despeito de medidas mal orientadas do governo. Em alguns casos, mesmo que as ações do governo sejam mal orientadas, elas podem reduzir novas reivindicações simplesmente porque essas medidas simbolizam, para o grupo excluído, a preocupação do governo. Na verdade, parece possível, ao menos teoricamente, às vezes, que as políticas mal orientadas mas aparentemente bem-intencionadas do governo não consigam reduzir inteiramente as desigualdades, mas o próprio fato de o governo manifestar a sua preocupação pode ser suficiente para manter, e talvez, até mesmo, conquistar a lealdade do grupo de despossuídos.

Nota-se que não é de finalidade neste ponto declarar que os administradores da cidade de Teresina apenas demonstram preocupação com a população para conquistar a lealdade dos mesmos. Entretanto, ao examinar: os dados eleitorais, os gestores e suas ações governamentais, infere-se que há o aumento da segurança ou otimismo – por meio do voto – por boa parte da população, mesmo apresentando sinais de contestação pública, o PSDB segue invicto.

3.1 Eleições

Durante toda a explanação sobre a longa estadia do partido tucano na administração de Teresina, foi pontuada em tópicos anteriores sobre a amistosa gestão que está aliada a aplicação de políticas públicas para diversos serviços da cidade. As razões que levam ao eleitor a votar em determinado candidato são inúmeras: compra de votos, prática coronelista, débito paternalista, confiança posta nas propostas que o candidato apresenta, dentre outras. Contudo, a finalidade desta discussão é analisar a reeleição de um partido, e não os candidatos⁵³.

Sendo assim, considera-se as intervenções políticas – antecipadamente elucidadas – como fatores de peso para a continuidade do PSDB na Prefeitura de Teresina, visto que

⁵³ Reconhece-se a importância da figura individual dos prefeitos e ex-prefeitos de Teresina, e em alguns momentos dessa discussão serão analisados de forma isolada.

tais intervenções, de certo modo, deram espaço à participação para a população durante os governos. Entretanto, isto não fora garantia de que os candidatos do PSDB triunfariam facilmente em todos os pleitos.

A Tabela 6 apresenta os resultados das eleições de cunho municipal de 1992 a 2012, em que nas eleições de 1992 Wall Ferraz⁵⁴ tem números expressivos em relação ao outro candidato, 64,4% a mais. Nas eleições de 1996, Firmino Filho (PSDB) concorreu contra Alberto Silva (PMDB), é notável o acirramento dos votos entre os dois, conduzindo a eleição de 1996 ao segundo turno. No primeiro turno Firmino Filho (PSDB) obteve 2,75% de votos superiores a Alberto Silva (PMDB), este número eleva-se no segundo turno, com 6,59%. Alberto Silva (PMDB) já era conhecido dos teresinenses, fora Governador, Senador e Deputado Federal do Piauí, porém, a população de Teresina não menosprezou os erros cometidos em seu último mandato como Governadores, onde deixou funcionários públicos sem salário e as contas públicas em desordem. De acordo com Cláudia Fontineles (2015, p. 504/5):

[...] Os meios de comunicação da época acreditavam na vitória do experiente deputado federal contra o jovem político Firmino Filho da Silveira Soares Filho (PSDB), ex-secretário de Finanças do município de Teresina, a ponto de publicarem charges ironizando o fato de Alberto Silva nem se quer fazer campanha eleitoral ostensiva, confiante que estava na reativação de sua popularidade [...]. A confiança na superioridade eleitoral de Alberto Silva era tamanha que os jornais publicavam regularmente notas dando como certa sua condução ao Palácio da Cidade, sede do poder executivo municipal [...].

Diante ao resultado eleitoral, Fontineles afirma que a cidade confirmava que Alberto Silva perdeu para si mesmo e não para Firmino Filho, o qual ninguém conhecia (FONTINELES, 2015, p. 505). Para o PSDB fora uma grande vitória, diante um candidato que não precisava fazer esforço em suas campanhas, todavia, o PSDB contava com o apoio do então ex-prefeito e um grande político falecido, Wall Ferraz (PSDB).

Em seguida, na eleição 2000, Firmino Filho (PSDB) venceu no primeiro turno contra o candidato petista José Wellington Barroso. Firmino Filho (PSDB) computou 187.500 votos, enquanto José Wellington Barroso (PT) obteve 99.874 votos, Filho (PSDB) adquiriu 30,49% de voto superior a Barroso (PT), tal quantidade de votos é um número expressivo. Tal número é resultado de projetos e políticas públicas que conduziram parte da população a uma melhora social.

⁵⁴ O Capítulo 1 apresenta detalhes sobre este fato.

Na eleição de 2004 o candidato representante do PSDB foi Silvio Mendes, e sua concorrente era Adalgiza Souza do PMDB. Neste pleito houve dois turnos, no primeiro turno Silvio Mendes (PSDB) obteve 31,09% votos superiores a Adalgiza Souza (PMDB). No segundo turno a diferença entre os candidatos foi moderada, Silvio Mendes (PSDB) computou 204.662 e Adalgiza Souza (PMDB) computou 145.280 votos. Há quem afirme que o Projeto Vila-Bairro Teresina fora responsável fator importante para a eleição de Silvio Mendes como Prefeito⁵⁵, confiando que este candidato sendo membro do mesmo partido que Firmino Filho (o progenitor do projeto) seguiria a mesma linha de gerenciamento municipal.

O resultado disso foi na eleição de 2008, onde Silvio Mendes (PSDB) foi reeleito no primeiro turno com 273.065 votos o concorrente José Nazareno Fonteles (PT). Todavia, na eleição de 2012 é notável o esforço do candidato Firmino Filho (PSDB) para vencer Elmano Férrer (PTB). A eleição se estendeu até o segundo turno, com diferenças mínimas nos resultados. No segundo turno Firmino Filho (PSDB) alcançou 3,07% de votos superiores ao Elmano Férrer (PTB).

Diante desses fatos, é significativo aprofundar a análise sobre a noção de partido e como se aplica em Teresina. Max Weber salienta que (2015, p.190):

Exemplos de partidos com fins objetivos ou “ideológicos” foram, em seu tempo, o antigo conservadorismo, o antigo liberalismo e a antiga democracia burguesa, mais tarde, a social-democracia – todos eles com uma forte dose de *interesses* de classe – e o “partido de centro”; este último, depois de realizar quase todas suas pretensões, tornou-se em grande parte um partido puro de patronato. Em todos eles, porém, mesmo nos mais puros, de classe, costuma ser também decisivo para a atitude dos líderes e do quadro administrativo o interesse *próprio* (ideal ou material) em termos de poder, cargos e garantia de existência, enquanto que a defesa dos interesses de seus leitores só se realiza na medida em que seja inevitável, para não pôr em perigo as possibilidades de reeleição.

Assim como está exposto acima, não se deve ignorar que partidos fazem pelo o povo exatamente aquilo que necessita (quando inevitável) por medo de não conseguir reeleger-se, não estou afirmando que isso ocorre em Teresina, mas é interessante levar em consideração a possibilidade de que isso ocorra concomitantemente à boa gestão tecnocrática que Firmino Filho e Silvio Mendes adotaram para a gestão municipal.

⁵⁵ Ver Programa Vila-Bairro Teresina, página ???.

Tabela 6 – Resultado das eleições para cargo da Prefeitura de Teresina-PI.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O CARGO DA PREFEITURA TERESINA – PI				
ANO DE ELEIÇÃO	CANDIDATOS	PARTIDO	VOTOS	SITUAÇÃO
1992 (1993 – 1996)	Raimundo Wall Ferraz	PSDB	130.829	Eleito
	Alberto Silva	PMDB	28.331	Não Eleito
1996 (1997 – 2000) ----- 2º TURNO	Firmino Filho	PSDB	94.207	2º turno
	Alberto Silva	PMDB	89.167	2º turno
	Firmino Filho	PSDB	127.686	Eleito
	Alberto Silva	PMDB	111.888	Não Eleito
2000 (2001 – 2004)	Firmino Filho	PSDB	187.500	Eleito
	José Wellington Barroso	PT	99.874	Não Eleito
2004 (2005 – 2008) ----- 2º TURNO	Silvio Mendes	PSDB	177.687	2º turno
	Adalgiza Souza	PMDB	93.425	2º turno
	Silvio Mendes	PSDB	204.662	Eleito
	Adalgiza Souza	PMDB	145.280	Não Eleita
2008 (2009 – 2012)	Silvio Mendes	PSDB	273.065	Eleito
	José Nazareno Fonteles	PT	100.546	Não Eleito
2012 (2013 – 2016) ----- 2º TURNO	Firmino Filho	PSDB	162.633	2º turno
	Elmano Férrer	PTB	139.016	2º turno
	Firmino Filho	PSDB	212.741	Eleito
	Elmano Férrer	PTB	200.062	Não Eleito

Fonte: TRE-PI e TSE.

Tabela 7 – Porcentagem de votos superiores dos candidatos do PSDB em relação ao segundo concorrente mais votado.

PORCENTAGEM DE VOTOS SUPERIORES DOS CANDIDATOS DO PSDB EM RELAÇÃO AO SEGUNDO CONCORRENTE MAIS VOTADO	
ANO DA ELEIÇÃO	PORCENTAGEM (%)
1992	64,4
1996	1º TURNO – 2,75
	2º TURNO – 6,59
2000	30,49
2004	1º TURNO – 31,09
	2º TURNO – 16,97
2008	46,17
2012	1º TURNO – 7,83
	2º TURNO – 3,07

Fonte: TRE-PI e TSE (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho não foi assegurar resultados assertivos e concludentes, mas sim gerar o máximo de discussões que a temática poderia tratar. Política, hegemonia, democracia, eleições, etc., são assuntos que em uma hora ou outra “cai no colo” do brasileiro, e ele precisa pensar sobre o assunto. Para o teresinense em questão esta discussão é altamente necessária, pois, analisar o tipo de gestão que está em voga e o resultado final que se almeja, deve ou deveria ser habitual para todos os cidadãos.

Diante disso, foi possível visualizar que o início da hegemonia do PSDB em Teresina antecede ao recorte temporal de 1986 e também ultrapassa os limites partidários. Isto ocorreu devido Wall Ferraz ter ocupado o cargo antes mesmo de pertencer ao PSDB. A experiência administrativa e seu domínio carismático (WEBER, 2015) em 1975 ajudou Wall Ferraz a ser eleito para cumprir o mandato de 1986 a 1988 (PMDB), e posteriormente ser eleito pelo PSDB em 1992 (1993 – 1995). Neste caso, fora possível constatar que a hegemonia tucana não foi fundada pelo partido, e sim por uma pessoa.

Diante desavenças e adversidades dentro do PMDB, Wall Ferraz enxergou a necessidade de mudar de partido. Mas veja bem, caso tal fato não tivesse ocorrido, possivelmente este trabalho em questão seria sobre “A hegemonia do PMDB em Teresina”, visto que em 1984 Firmino Filho – que foi eleito prefeito para o mandato de 1997 a 2000 – era também adepto aos ideais do PMDB, acompanhou a mudança de partido do Wall Ferraz para o PSDB, ocupando o cargo de Secretário Municipal de Finanças de Teresina de 1993 a 1996.

Desta maneira, ainda no primeiro capítulo, é ponderado o legado deixado por Wall Ferraz para aqueles que o sucederam. Legado este arraigado de boas gestões e uma boa relação com o povo. Não obstante, o que se pode concluir é que a característica carismática de Wall Ferraz é cessada, por ora, para dar luz a um modo de gestão mais técnico, porém, ainda semelhante aos objetivos de Wall Ferraz.

Creio que o segundo capítulo foi o que mais veio a contribuir com o estudo de aplicações de políticas públicas em nível local, sendo fundamental para esta pesquisa, pois utilizando fontes do Programa Vila-Bairro Teresina e do Orçamento Popular foi possível visualizar – mesmo que de uma óptica reduzida – o modo como o governo municipal trabalhou para a população. Diante problemas do crescimento populacional desordenado em Teresina que precisava ser solucionado, a combinação dessas duas

políticas públicas e o espaço de fala concedido aos habitantes foi interessante, tanto para a gestão como aos contemplados pelos feitos.

O Programa Vila-Bairro Teresina foi de imensa importância para a cidade, tanto que nos dias atuais é conhecida como *Vila-Bairro Segurança*, uma vertente do que fora o projeto original. A sua eficácia foi tamanha ao ponto de ser reconhecido internacionalmente, e esse tipo de visibilidade é lembrada pelos eleitores no momento do voto. Mas assim como toda política pública, há limitações, para sanar essas limitações as associações de moradores recorrem ao Orçamento Popular para dar continuidade a determinadas obras que não foram possíveis ser terminadas ou executadas pelo Vila-Bairro.

O Orçamento Popular é um espaço onde os cidadãos, organizados em formato de associações, tem a oportunidade de solicitar obras para seu bairro e opinar sobre os recursos públicos municipais. As discussões de caráter democrático realizados neste ponto são interessantes do ponto de vista para compreender o processo burocrático que é participar do OP e das reuniões. Pois partindo do pressuposto que se vivencia uma democracia as intervenções poderiam ser mais simplificadas, ao contrário disso o processo para fazer parte do OP é tão complexo quanto candidatar-se a um cargo político.

A metodologia do OP é extensa e, às vezes, causa desapontamento nos moradores, devido à demora em execução das obras aprovadas em atas. Isto é evidenciado nas atas de reunião, quando analisado os últimos anos onde as obras aprovadas naquele ano eram obras antigas que haviam sido aprovadas, mas não foram executadas. Ademais, mesmo com tais problemas o OP acata as reivindicações das associações, este fato é importante para que a relação do cidadão com a gestão tucana permaneça promissora e de ganho mútuo.

Coube ainda, neste capítulo, analisar a importância das associações em um processo de adquirir o estado pleno de democracia (DAHL, 2012), pois concede o direito ao cidadão de formar associações e ter atuação efetiva que possa conduzir a sociedade teresinense à poliarquia.

O terceiro capítulo, por fim, foi analisado de forma detalhista a partir da teoria dahlsiana sobre poliarquia, os efeitos que a gestão do PSDB tem ao que cerne o jogo político e a permanência de sua hegemonia na Prefeitura de Teresina. Foi possível observar os diversos obstáculos que Teresina apresenta para chegar a ser uma poliarquia, mas que acima de tudo está mais perto do que longe. Ainda neste capítulo,

as eleições podem representar desde satisfação e insatisfação com a gestão á possíveis dúvidas em relação ao candidato da oposição. Levando em consideração ao modo de administração tucana e momentos que houve segundo turno, entende-se que parte da população está incomodada e clama por uma mudança e a outra clama pela permanência, contudo, nem sempre a parcela que insiste na permanência do PSDB na Prefeitura de Teresina é a maioria.

Por fim, este trabalho intensifica estudos sobre a política local, ainda mais ao campo de estudo sobre poliarquia, análises desse gênero podem representar uma pesquisa promissora aos próximos que desejarem dar continuidade a esta temática, em virtude de que o recorte temporal desta pesquisa não contempla os anos de 2017 a 2020. Em outubro de 2020 ocorrem novamente as eleições municipais, e desde 2019 o PSDB apresenta dúvidas em quem lançar para candidato a Prefeitura, e acima de tudo pode representar o fim de uma era ou a continuidade, mas que independentemente do resultado é uma pesquisa que vale a pena ser realizada.

REFERÊNCIAS E FONTES

Bibliografia referida

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. IN: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: I interseções analíticas*. Brasília: IPEA, p. 23, 2018.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: EDUNB, 2007.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho; LIMA, Antônia Jesuíta de. *(Re)estruturação urbana de Teresina (PI): uma análise de suas dinâmicas recentes*. Teresina: Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2015.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHEIBUB, José Antonio; LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Participação política no Brasil. In: ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, p. 23, 2015.

DAHL, Robert Alan; LINDBLOM, Charles Edward. *Política, economia e bem estar social*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1971.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2005.

FILHO, Manoel Ricardo Arraes. *Oligarquias e Elites no Piauí: 1982 – 1995* [dissertação mestrado]. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

FIGUEIREDO, Rubens; LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *FHC: A era FHC, Um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O Recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *A atuação de governos locais e as políticas urbanas no contexto de descentralização das políticas públicas*. Maranhão: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARQUES, Eduardo. *Condições habitacionais e urbanas no Brasil*. In: ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: UNESP, 2015. p. 223.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: UNESP, 2014.

MORAES, Herculano. Lembrança de Wall. In: *Wall Ferraz – o homem e o estadista*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Raimundo Wall Ferraz: o político e o intelectual*. Fortaleza: UFC – XI Encontro Regional Nordeste de História Oral, 2017.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo. *A geografia da política habitacional e a expansão urbana de Teresina (PI): reflexões e contrastes*. Teresina: PPGFEO – UFPI, 2012.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Uma burocracia desenvolvimentista e democrática? IN: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (Org.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: I interseções analíticas*. Brasília: IPEA, p. 9, 2018.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. *Padrão de governança e grandes projetos urbanísticos: análise do Programa Lagoas do Norte em Teresina (PI)*. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina, 2018.

SÁ, M. Auxiliadora Ferraz de. *Dos velhos aos novos coronéis: Um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: UFPE, 1974.

SILVA, Erick Oliveira; SILVA, Gabriel Rodrigues da; VIEIRA, Nadja Rodrigues Carneiro. *Expansão urbana da cidade de Teresina e suas transformações socioespaciais*. Natal: Regimes urbanos e governança metropolitana, 2017.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (vol. 1). 4ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (vol. 2). 4ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Fontes Hemerográficas

IPOP mostra Wall com menor rejeição. Teresina: *O Dia*, 22 ago. 1992, p. 1.

PSDB pode formar aliança com PMDB e lançar candidato em 90. Teresina: *O Dia*, 12 jan. 1990, p. 3.

WALL diz que PSDB fará acordos somente em torno de programas. Teresina: *O Dia*, 4 jan. 1992, p. 3.

WALL diz que Jesualdo é o seu concorrente. Teresina: *O Dia*, 14 e 15 jun. 1992, p. 2/3.

FREITAS fala em candidato novo para a sucessão em Teresina e esnoba Wall. Teresina: *O Dia*, 16 jan. 1992, p.3.

CONCORRENTES sobem, mas Wall mantém a liderança. Teresina: *O Dia*, 07 jul. 1992, p.3.

PARA Jesualdo, Wall teve medo. Teresina: *O Dia*, 21 jul. 1992, p. 3.

WALL critica debate de candidatos na TV. Teresina: *O Dia*, 21 jul. 1992, p. 3.

PRESIDENTE do PSDB admite coligação com PT ou o PMDB. Teresina: *O Dia*. 2 de abr. de 1996. p. 2.

■ Fontes Documentais

FIRME, Denise Penna. Estudo de caso: projeto vila-bairro: Teresina-PiauÍ – versão condensada. / Denise Penna Firme, Alexandre Santos, Tereza Cristina Baratta. Supervisão de Marlene Fernandes.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. *Projeto Vila-Bairro de 1997*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 1999*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2000*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2001*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2002*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2007*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2008*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2009*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2010/2011*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2011/2012*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2012/2013*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2013/2014*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2014/2015*. Concedido em 2019.

TERESINA. SEMDUH e Prefeitura Municipal de Teresina *Orçamento Popular de 2015/2016*. Concedido em 2019.

Fontes Eletrônicas

CANDIDATOS ELEITOS – Período de 1945 a 1990. Atila Freitas Lira. Disponível em: <<http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1:547022170749004>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

CANDIDATOS ELEITOS – Período de 1945 a 1990. Raimundo Wall Ferraz. Disponível em: <http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1945:1:::NO:RP:P0_HID_MOSTRA:S>. Acesso em: 01 jul. 2019.

CRONOLOGIA DAS ELEIÇÕES. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ELEIÇÕES 1945 a 1994. Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PI). Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

ELEIÇÕES 1985 – Resultado da Eleição 1º turno para Prefeito. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE. Piauí: Teresina. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-prefeito-e-vice-prefeito-1985>>. Acesso em 01 ago. 2019.

ELEIÇÕES 1992 – Resultado por município para Prefeito e Vereador. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE. Página 161. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-por-municipio-para-prefeito-e-vereador-1992>>. Acesso: 02 ago. 2019.

ELEIÇÕES 1996. Resultado da Eleição 1º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <www.tse.jus.br/sieeseireweb/seire.jsp?selectCargo=11&anoConexao=1996&index=0&ordemColuna=2&selectSituacao=:TODOS::&selectTurno=>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ELEIÇÕES 1996. Resultado da Eleição 2º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sieeseireweb/seire.jsp?selectCargo=11&anoConexao=1996&index=0&ordemColuna=2&selectSituacao=:TODOS::&selectTurno=>>> . Acesso em: 29 nov. 2019.

ELEIÇÕES 2000. Resultado da Eleição 1º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sieeseireweb/seire.jsp?selectCargo=11&anoConexao=2000&index=0&ordemColuna=2&selectSituacao=:TODOS::&selectTurno=>>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ELEIÇÕES 2004. Resultado da Eleição 1º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sieeseireweb/seire.jsp?selectCargo=11&anoConexao=2004&index=0&ordemColuna=2&selectSituacao=:TODOS::&selectTurno=>>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ELEIÇÕES 2004. Resultado da Eleição 2º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sieeseireweb/seire.jsp?selectCargo=11&anoConexao=2004&index=0&ordemColuna=2&selectSituacao=:TODOS::&selectTurno=>>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ELEIÇÕES 2008. Resultado da Eleição 1º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ELEIÇÕES 2012. Resultado da Eleição 1º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ELEIÇÕES 2012. Resultado da Eleição 2º turno para Prefeito. Tribunal Superior Eleitoral do Piauí – TSE. Piauí: Teresina. Disponível em: <www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>. Acesso em: 02 ago. 2019.

ESTATUTO DO PSDB. Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/conheca/estatuto/>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

FILHO, Firmino. Em 1984 só tínhamos dois partidos legalizados e o sonho de um país livre. Teresina, 24 out. 2019. Instagram: @firminosfilho. Disponível em: <http://www.instagram.com/p/B4AQ-1_gVq2/?utm_source=ig_web_copy_link>. Acesso em: 24 out. 2019.